

# Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ANFIP

Reforma da renda não deve criar 'distorções', defende Ceron..... 3

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco cria benefícios para contribuintes com notas altas..... 4

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Déficit crescente impõe nova reforma da Previdência (Editorial)..... 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Emendas parlamentares batem recorde e passarão de R\$ 50 bi este ano..... 7

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2025: contribuinte pode aproveitar Carnaval para reunir documentos e  
buscar restituição rápida..... 10

A GAZETA - MT - ECONOMIA-MT  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Locação de imóveis sobe e setor teme a reforma tributária..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - MUNDO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por que petróleo na Amazônia entrou no cálculo de Lula para eleição de 2026..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil precisará passar por várias reformas da Previdência, diz Ceron..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxas recíprocas podem ser o caos para economia global (Artigo)..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com repasse recorde, Estados e municípios gastam cada vez mais..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

País é transparente em gasto tributário, indica estudo..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trump reforça medidas e mira investimentos chineses..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Republicano confirma tarifas de 25% sobre México e Canadá em março..... 32

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Por agenda positiva, Lula destrava saque do FGTS..... 33

---

Terça-Feira, 25 de Fevereiro de 2025

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Como entender a virada à direita - MÍRIAM LEITÃO ..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR ECONOMICO  
ECONOMIA

Repasse recorde da União financia alta das despesas de Estados e municípios ..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Gastança e rombo fiscal: calma, gente, calma! - PEDRO CAFARDO ..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Déficit será de R\$ 19 bilhões neste ano, estima consultoria da Câmara ..... 40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SAQUE ANIVERSÁRIO

'Pessoas foram induzidas a erro', afirma Haddad ..... 42

G1 - NACIONAL  
SAQUE ANIVERSÁRIO

Ministros temem que Haddad abandone posição de rigor fiscal frente a movimentos de Lula  
para expandir gastos ..... 43

# Reforma da renda não deve criar 'distorções', defende Ceron

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou nesta segunda-feira (24) que a equipe econômica trabalha para que as medidas de compensação à ampliação da isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês sejam "eficientes e não gerem distorções". "Não há nenhum impacto para os grandes grupos de pessoas jurídicas que já recolhem de forma adequada", afirmou o secretário em entrevista à "Exame".

Ele reforçou que a ideia é instituir uma alíquota mínima efetiva sobre pessoas físicas que têm alto rendimento, mas de uma forma que não gere distorções na pessoa jurídica. "Isso vai ser levado em consideração para garantir uma tributação mínima sobre lucros das pessoas físicas, tentando equilibrar também para não gerar uma distorção na jurídica. Haverá todos esses cuidados para que a [compensação] seja eficiente."

Alíquota efetiva para renda mais alta levará em conta todas as demais faixas

O projeto de lei ampliando a isenção do IR para pessoas físicas deve ser enviado ao Congresso Nacional pelo governo depois do Carnaval. É uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também foi anunciada no fim de novembro do ano passado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Na época, o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que ficará isento de recolher IR quem ganha até R\$ 5 mil mensais. Haverá, ainda, uma "escadinha" de desconto para quem ganha acima de R\$ 5 mil, até um limite a ser definido.

Na época, a Fazenda estimou que a ampliação teria impacto fiscal de R\$ 35 bilhões, devido à renúncia de arrecadação. Já a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil** (Unafisco Nacional) estima custo de cerca de R\$ 45 bilhões por ano.

Para compensar o aumento da faixa de isenção, o governo prometeu instituir um imposto mínimo efetivo de até 10% para rendas mais altas. O cálculo da alíquota efetiva considerará todas as rendas, inclusive aquelas tributadas exclusivamente na fonte e isentas, como distribuição de lucros e dividendos e rendimentos financeiros isentos.

Essa alíquota mínima efetiva será aplicada para quem recebe a partir de R\$ 50 mil por mês, ou R\$ 600 mil anuais, variando conforme a faixa de renda.

Esses detalhes, contudo, foram divulgados em novembro do ano passado pela equipe econômica. Como o projeto de lei ainda não foi tornado público, é possível que haja mudanças até o seu efetivo envio ao Congresso.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188126?page=16&section=1>

# Fisco cria benefícios para contribuintes com notas altas

A **Receita Federal** brasileira instituiu ontem o piloto do Programa Receita Sintonia, que visa a estimular o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras por meio da concessão de benefícios a contribuintes com maiores notas de conformidade tributária.

A Portaria **Receita Federal do Brasil** (RFB) nº 511, de 2025, publicada no DOU (Diário Oficial da União) classifica os contribuintes em quatro diretrizes principais: transparência, orientação e incentivo e confidencialidade.

A pontuação do Programa Receita Sintonia considera a assiduidade, pontualidade, exatidão das informações e a regularidade dos pagamentos seguindo uma escala de notas A+ (maior ou igual a 0,995), A (0,970 a 0,99400), B (0,900 a 0,969), C (0,700 a 0,899) e D (menor que 0,700).

Prioridades e acesso

Contribuintes classificados como "A+" terão prioridade em serviços e acesso ao Procedimento de Consensualidade Fiscal que são:

- direito ao ingresso no Procedimento de Consensualidade Fiscal - Receita de Consenso;
- prioridade na análise de pedidos de restituição, ressarcimento ou reembolso de **tributos** administrados pela Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil**;
- prioridade na prestação de serviços de atendimento pela Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil**;
- prioridade na participação, mediante solicitação, em seminários, capacitações e fóruns consultivos promovidos pela Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil**.

Site:

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_E4BB8AAF328014D210CEDEF35CA2D3A43DF68F9EBE466441137003631D51CF9018FF6CE7F489123C74AD0E846D570252B0256EA51D6712251D31532671E20EE91CB25AA674AD82980B8F1CD1B03B46237C3C575DBD1ABD593AE323ED67CC44A4991A2195732DC22683B15624B39A06D](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_E4BB8AAF328014D210CEDEF35CA2D3A43DF68F9EBE466441137003631D51CF9018FF6CE7F489123C74AD0E846D570252B0256EA51D6712251D31532671E20EE91CB25AA674AD82980B8F1CD1B03B46237C3C575DBD1ABD593AE323ED67CC44A4991A2195732DC22683B15624B39A06D)

**A5483CA398A9576D95C6AF**

# Déficit crescente impõe nova reforma da Previdência (Editorial)

São eloquentes os sinais de que as contas da Previdência se tornam a cada dia mais insustentáveis. Um levantamento feito pelo Tesouro Nacional a pedido do jornal Valor Econômico mostra que o déficit com pagamento de aposentadorias e pensões da iniciativa privada, servidores federais e militares cresceu 60% nos últimos nove anos. Em 2024, foram pagos R\$ 417 bilhões (3,45% do PIB). Em 2015, eram R\$ 261 bilhões, ou 2,64% do PIB (os dados foram corrigidos pela inflação).

A maior parte do déficit de 2024 ficou no âmbito do INSS, responsável pelas aposentadorias do setor privado. O resultado foi de R\$ 305 bilhões negativos, ou 2,5% do PIB (em 2015, eram R\$ 141 bilhões, ou 1,43%). Causa fundamental do aumento é o reajuste do salário mínimo acima da inflação. Quase dois terços (64%) dos benefícios pagos correspondem ao mínimo. No caso dos servidores federais e militares, houve pequena redução no déficit, em razão do aumento na receita com contribuições previdenciárias (para servidores federais, de 0,67% para 0,50% do PIB; para militares, de 0,54% para 0,43%). A reforma previdenciária de 2019 estabeleceu para os servidores da União a cobrança de alíquotas progressivas de contribuição. No caso dos militares, uma nova legislação mudou o plano de carreira e criou contribuição para pensionistas.

Não há dúvida de que a reforma trouxe ganhos. Mas eles se mostram insuficientes para suportar o aumento de gastos e o envelhecimento da população. Pelas previsões, os efeitos positivos se esgotam já em 2027. Isso torna urgente uma nova reforma para corrigir regras que sofreram correções brandas ou nem foram mudadas. O peso crescente do déficit exige alterações no cálculo das aposentadorias do INSS, dos servidores públicos e na proteção social de militares. As mudanças precisam chegar também a estados e municípios. Pouco mais de um terço das cidades (37%) e apenas 17 estados seguem as regras previdenciárias mais rigorosas do governo federal.

Não dá mais para adiar decisões necessárias. E preciso desvincular do salário mínimo a correção das aposentadorias (assim como do Benefício de Prestação Continuada, voltado a idosos e deficientes de baixa renda). O pente-fino que o governo tem feito para combater fraudes é medida paliativa, insuficiente para resolver o problema estrutural. E razoável que o

mínimo obtenha ganho real à medida que país cresça, mas a regra não deveria ser aplicada às aposentadorias ou ao BPC, cujo poder de compra continuaria garantido pela correção de acordo com a inflação. Tratar situações diferentes da mesma forma é a principal causa da disparada do déficit.

O país tem envelhecido em ritmo mais rápido que o esperado, como constatou o último Censo. Nos próximos anos, a tendência é os beneficiados aumentarem e os contribuintes diminuírem. Não é difícil prever que a conta não fechará, uma vez que não haverá gente suficiente para sustentar os pagamentos. Já seria uma situação que mereceria ajustes se os números fossem confortáveis. Não é o caso - e eles só devem piorar. O déficit contamina todo o governo, que deveria gastar em outras prioridades além de pagar aposentadorias e benefícios. Pode parecer prematuro falar em nova reforma da Previdência cinco anos depois da última, mas basta olhar o rombo crescente para perceber que a hora já chegou.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Emendas parlamentares batem recorde e passarão de R\$ 50 bi este ano

**BERNARDO LIMA, BRUNA LESSA E MANOEL VENTURA**

Enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) encabeça junto ao Congresso Nacional e ao governo o debate sobre transparência e critérios de distribuição de emendas parlamentares, uma outra discussão fica ofuscada: a dimensão dos valores. As verbas escolhidas por parlamentares no Orçamento vão superar a barreira de R\$ 50 bilhões neste ano, um recorde. Na segunda reportagem da série Estado (in)eficiente, especialistas afirmam que o crescimento dessas verbas prejudica a melhor alocação dos recursos, pulveriza ações do poder público, favorece o clientelismo e reduz a capacidade de planejamento do Estado.

O valor exato das verbas que poderão ser escolhidas por parlamentares - seja individualmente ou de forma coletiva, com bancadas e comissões - ainda não foi definido porque a peça orçamentária sequer foi votada. Mas os números disponíveis revelam o espaço que os parlamentares brasileiros têm para decidir onde gastar. Em 2025, cerca de 20% de todas as despesas discricionárias federais, ou seja, aquelas que o governo efetivamente decide como alocar, terão seu destino escolhido pelos parlamentares por meio de emendas.

Embora as despesas totais do governo federal superem R\$ 2,3 trilhões em 2025, apenas uma fração disso pode ter seu destino efetivamente decidido. Isso ocorre porque mais de R\$ 2 trilhões gastos pela União são para pagar rubricas como a **Previdência Social**, salários de servidores civis e militares e benefícios sociais como o Bolsa Família.

O que sobra disso, algo calculado em cerca de R\$ 241 bilhões neste ano, é que pode ser destinado com alguma liberdade pelo governo. É nessa fatia do Orçamento que estão obras públicas, compras de equipamentos, concessão de bolsas universitárias, entre outras despesas chamadas de discricionárias - incluindo aí a manutenção básica da máquina pública, como o pagamento de contas de luz.

## "GASTOS PAROQUIAIS"

Do montante "livre" de 2025, por volta de um quinto será destinado para emendas parlamentares. É um patamar que tem se mantido elevado desde 2020,

volume criticado por especialistas.

- O que as emendas fazem? Elas reduzem a eficiência do gasto público. É um país já carente, você gasta muitos recursos com emendas, R\$ 50 bilhões é quase 0,5% do **PIB**. É um dinheiro grosso - afirma o economista Samuel Pessoa. - As emendas, nesse montante, representam uma invasão do Legislativo numa atribuição do Executivo. São gastos paroquiais que não são determinados em função de um programa de governo maior. Isso não atende ao interesse coletivo.

Emendas parlamentares são uma parte do Orçamento a que deputados e senadores podem escolher a sua aplicação, como obras, serviços e compras de materiais. Geralmente, os recursos são destinados a bases eleitorais.

Há hoje três tipos de emenda: as individuais, divididas igualmente entre os membros do Congresso Nacional e a que todos os deputados e senadores têm direito; as de bancada, cuja destinação do recurso é definida pelo conjunto de parlamentares de cada estado; e as de comissão, com o destino decidido pelos colegiados temáticos de Câmara e Senado.

As duas primeiras categorias são de execução obrigatória, ou seja, o governo é obrigado a pagar, desde que não haja algum tipo de empecilho técnico. O terceiro tipo não é obrigatório, mas o Executivo costuma desembolsar os recursos por conta de acordos políticos.

## "FORA DE PROPÓSITO"

O economista Marcos Mendes, especialista em Orçamento público, classifica o valor de R\$ 50 bilhões em emendas parlamentares como "fora de propósito". Segundo ele, essa proporção de emendas sobre o investimento do Executivo não encontra paralelo em outros países com democracias bem desenvolvidas.

- Não existe essa coisa de o Parlamento definir despesas, em especial com tanto detalhamento quanto no Brasil, tantos milhões para o município X, outros tantos milhões para construir uma ponte em outro. Essa ideia do Legislativo, em especial de cada parlamentar individualmente, ter uma fatia própria no Orçamento, ter direito a um pedaço do Orçamento, é

uma distorção criada no Brasil - explica o especialista.

Segundo o pesquisador, associado ao Insper, o sistema eleitoral brasileiro alimenta o apetite de deputados e senadores por mais verbas. Quanto mais emendas, mais instrumentos de poder o parlamentar terá para tentar se manter no cargo com uma eventual reeleição:

- Cada parlamentar vai tentar o máximo de dinheiro e o máximo de influência individualizada para ter mais votos que os seus colegas.

Nos últimos meses, o STF chegou a bloquear o pagamento de emendas exigindo mais transparência na aplicação dos recursos, especialmente das verbas de comissão. A chamada emenda Pix também foi afetada. Ela é uma vertente da emenda individual pela qual um parlamentar pode-ria destinar um recurso diretamente para uma prefeitura ou estado sem exigir uma ação específica para aplicação do dinheiro. O STF exigiu, agora, um plano de trabalho antes de o dinheiro ser transferido.

Cléo Manhas, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e especialista em Orçamento público, ressalta que a destinação dos recursos de emendas parlamentares muitas vezes não respeita critérios objetivos, o que pode comprometer a efetividade dos gastos públicos.

- Essas emendas não entram na lógica do Plano Plurianual (PPA, lei que dá as diretrizes para aplicação dos recursos públicos num horizonte de quatro anos). Não entram nem em lógica populacional, por exemplo. Agente já viu várias distorções de municípios que têm população pequena e que recebem um recurso altíssimo, enquanto municípios com maior população, com maiores necessidades, não recebem nada de emenda -argumenta Cléo Manhas.

Os especialistas afirmam que o enfraquecimento do Executivo nos últimos anos permitiu um aumento expressivo no controle do Congresso sobre o Orçamento federal. Foi um processo que ganhou corpo especialmente em dois governos. Na gestão Dilma Rous-seff, em 2015, as emendas individuais se tornaram im-positivas. No governo Jair Bolsonaro, foi criado o chamado "Orçamento secreto", que, embora extinto por decisão do STF, deixou como legado um patamar mais elevado de emendas.

#### FRAGILIDADE DO EXECUTIVO

O cientista político Marcus André Melo, professor da Universidade Federal de Pernambuco, destaca que a fragilidade do Executivo também favorece práticas clien-telistas -troca de bens e serviços por apoio

político.

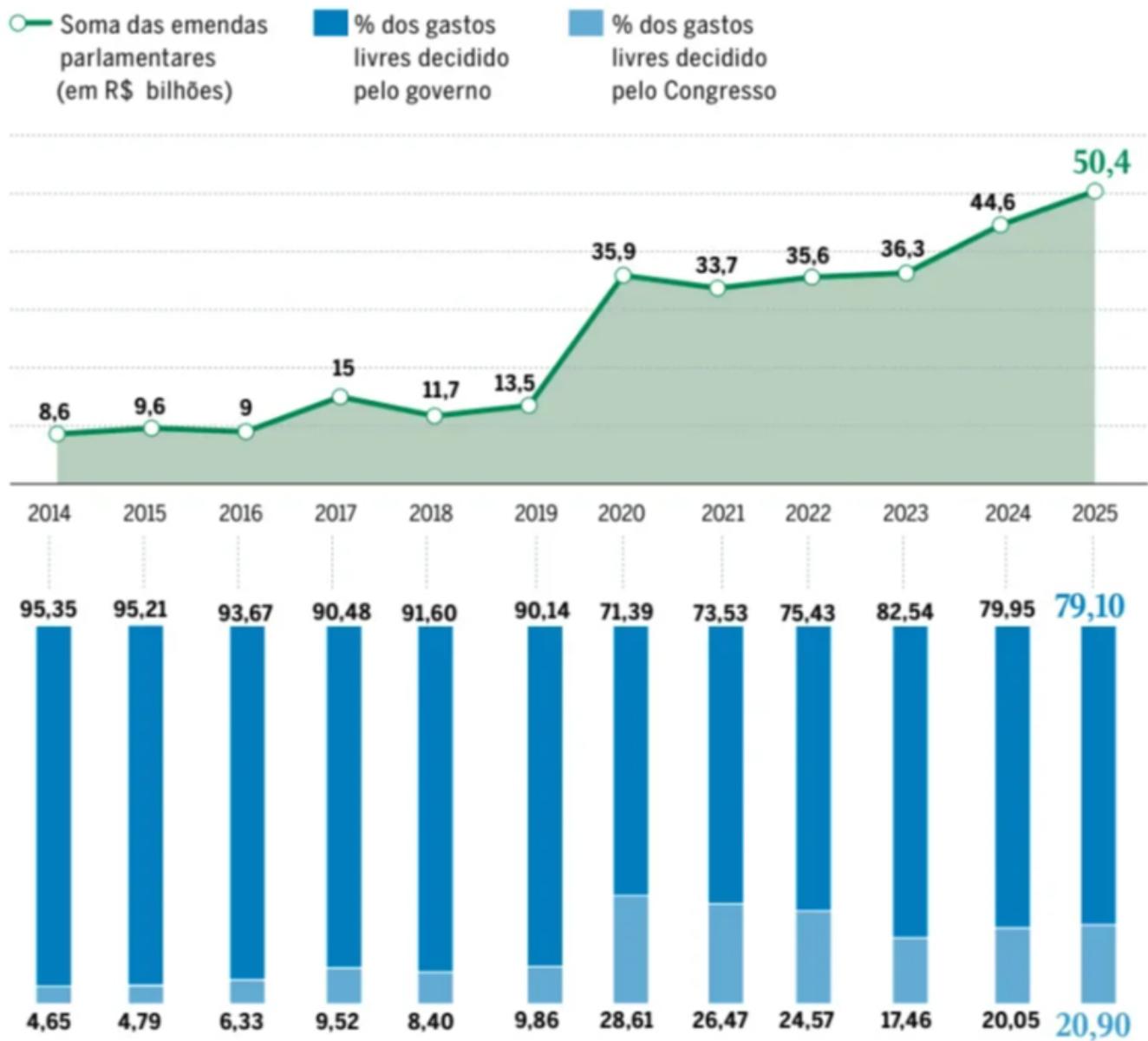
-O resultado é uma situação em que o presidente fraco, com baixa sustentação parlamentar sucumbe às pressões do Congresso, sem que este internalize as consequências macro, coletivas, desse estado de coisas -afirma.

Beatriz Rey, pesquisadora da Universidade de Lisboa, lembra que, até 2014, as emendas eram utilizadas como moeda de troca para a formação de apoio no Congresso. A partir do ano seguinte, as emendas passaram a ser impositivas e igualitárias -no caso das individuais -, reduzindo o poder de barganha do Executivo.

-O resultado foi tirar um pouco do ferramental do Executivo, porque as emendas, agora, são impositivas, elas têm que ser gastas, e elas são igualitárias, têm de ser gastas do mesmo jeito para todos os deputados -destaca.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

## O AVANÇO SOBRE OS RECURSOS



EDITORIA DE ARTE

# Imposto de Renda 2025: contribuinte pode aproveitar Carnaval para reunir documentos e buscar restituição rápida

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

Em busca de mais rapidez no recebimento da restituição do Imposto de Renda em 2025, os contribuintes podem aproveitar o feriado de Carnaval para reunir os documentos necessários para o preenchimento da declaração de ajuste anual.

Veja a lista de documentos mais abaixo nessa reportagem.

Neste ano, o prazo de envio da declaração do Imposto de Renda, relativa ao ano-base 2024, será de 15 de março até o dia 31 de maio. Esse é o mesmo período do ano passado que, segundo o Fisco, passou a ser padrão.

O carnaval é uma ótima oportunidade para separar a papelada. É uma boa começar a ver a documentação para, quando abrir o prazo de entrega, já estar tudo organizado. As empresas já entregaram a Dirf [informe de rendimentos] e os bancos também, afirmou Welinton Mota, diretor tributário da Confirp Contabilidade.

No ano passado, a **Receita Federal** recebeu 42,42 milhões de declarações dentro do prazo legal de entrega. Quem perde o prazo, está sujeito a uma multa mínima de R\$ 165,74.

### Restituições do IR

Quem entrega a declaração no início do prazo, sem erros ou omissões, costuma figurar nos primeiros lotes de restituição do Imposto de Renda.

Têm prioridade na restituição do Imposto de Renda, nesta ordem:

idosos acima de 80 anos; idosos entre 60 e 79 anos; contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave; contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério; contribuintes que adotarem a declaração pré-preenchida ou optarem por receber a restituição via PIX.

A declaração pré-preenchida, que confere prioridade

no recebimento das restituições do IR, traz informações de rendimentos, deduções, bens e direitos e dívidas e ônus reais - que são carregadas automaticamente, sem a necessidade de digitação pelo contribuinte.

A **Receita Federal** ainda não divulgou o calendário de restituições em 2025. No ano passado, os lotes foram pagos nestes dias:

1º lote: 31 de maio 2º lote: 28 de junho 3º lote: 31 de julho 4º lote: 30 de agosto 5º lote: 30 de setembro

### Mudanças no Imposto de Renda

Mesmo sem as regras do IR 2025 terem sido publicadas pela **Receita Federal**, o tributarista Welinton Mota observou que já é possível antever uma mudança: o piso para obrigatoriedade de entrega da declaração.

Em 2025, devem ser obrigados a declarar quem recebeu mais de R\$ R\$ 33.704,00 no ano anterior (2024). Em 2024, foi obrigado a declarar quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90 no ano anterior (2023).

O piso será maior por conta da ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda no ano passado, que subiu de R\$ 2.640 para R\$ 2.824 - de modo a continuar contemplando dois salários mínimos.

Se a pessoa sofreu retenção, mesmo tendo renda abaixo [do piso que obriga o envio da declaração], ela tem de declarar para buscar restituição. Os demais itens, a gente ainda não tem ideia do que vai mudar [pois as regras do IR 2025 ainda não saíram]. Acreditamos que não haverá grandes mudanças em relação a números, mas talvez tenha novidade no programa [do IR], declarou Welinton Mota, da Confirp Contabilidade.

### Evitar a malha fina

Ao separar antecipadamente os documentos, os contribuintes também correm menos risco de cair na chamada malha fina do Leão.

No ano passado, 1,4 milhão de pessoas tiveram de acertar as contas com o Fisco. Deste total, 1,04 milhão (ou 71%) tinha imposto a restituir.

Os motivos que levaram à malha fiscal em 2024 foram:

Deduções (57,4%): as despesas médicas são o principal motivo de retenção, correspondendo a 51,6% desse total; Omissão de rendimentos (27,8%): inclui rendimentos não declarados pelos titulares das declarações ou por seus dependentes; Diferenças no Imposto Retido na Fonte (9,4%): diferença entre os valores declarados pelos contribuintes e os informados pelas fontes pagadoras na Dirf; Deduções de incentivo (2,7%): inclui doações a fundos de apoio à criança, adolescente e idoso, incentivo ao esporte e cultura, e doações feitas durante o mesmo ano da entrega da DIRPF; Rendimentos Recebidos Acumuladamente (1,6%): diferenças entre as informações declaradas e as fornecidas pelos responsáveis pelo pagamento de rendimentos na Dirf; Imposto de Renda pago durante o ano de 2023 (1,1%): diferença entre o valor de imposto pago declarado na DIRPF e os valores registrados nas bases da **Receita Federal**, como carnê-leão e imposto complementar.

Lista de documentos para o IR

Entre os documentos necessários, segundo a Confirp Contabilidade, estão:

Informes de rendimentos recebidos de fontes pagadora (salários, pró labore, distribuição de lucros, aluguéis, ações trabalhistas ou cíveis etc.); Informe de rendimentos do **INSS** (aposentados, pensionistas etc.) ou de entidades de previdência privada; Informe de rendimentos dos dependentes (se for o caso); Rendimentos auferidos no exterior (se for o caso); Recibos ou relatório de aluguéis recebidos (se houver); Informes de rendimentos financeiros fornecidos pelos bancos (saldos em conta bancária, saldos de aplicações financeiras, rendimentos financeiros auferidos etc.); Comprovantes de despesas do livro-caixa (para prestadores de serviços autônomos, como dentistas, advogados, psicólogos, fonoaudiólogos, médicos, engenheiros etc.); Recibos e notas fiscais de pagamentos de despesas médicas em geral e na área da saúde, feitos a pessoa física ou jurídica (médicos, dentistas, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, plano de saúde, clínicas médicas, laboratórios etc.); Informações dos dependentes (se houver): CPF, nome, data de nascimento e classificação (filhos, pais, avós, cônjuge etc.); Nome e CPF dos alimentados, se houver (para comprovar o pagamento de pensão alimentícia); Despesas com instrução do titular (ensino regular, graduação, pós graduação, mestrado,

doutorado etc.); Despesas com instrução dos dependentes, se for o caso (ensino regular ou superior); Pagamentos para a **Previdência Social / INSS** (caso tenha efetuado pagamento em separado); Informes de pagamentos de contribuições a entidades de previdência privada PGBL (se houver); Doações e heranças (se for o caso): valores, nome e CPF dos beneficiários; Relação de bens e documentos de compra e/ou venda de bens constantes de sua última declaração (automóveis, imóveis, embarcações, aeronaves etc.); Contratos, escrituras ou compromissos de compra/venda de imóveis/terrenos no ano anterior; Documentos de compra/venda de bens móveis durante o ano anterior (automóveis, embarcações, aeronaves etc.); Documentos comprobatórios da aquisição de dívidas e ônus no ano anterior (empréstimos bancários geralmente são informados nos extratos fornecidos pelos Bancos); Documentos ou relatórios de compra/venda de ações (data, quantidade e valor).

**Site:** <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/noticia/2025/02/25/imposto-de-renda-2025-contribuinte-pode-aproveitar-carnaval-para-reunir-documentos-e-buscar-restituicao-rapida.ghtml>

# Locação de imóveis sobe e setor teme a reforma tributária

**Silvana Bazani**

Locação de imóveis é onerada com alta de 6,75% nos últimos 12 meses do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M). Calculado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), o IGP-M é o principal indicador usado para reajustar o valor de aluguéis e se mantém acima da **inflação** oficial, medida por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que encerrou janeiro de 2025 acumulado em 4,56%. Outro fator que irá pesar no bolso dos locatários são os custos extras provenientes de tributação sobre a locação de imóveis, que será exigida dos proprietários, por conta da **Reforma Tributária**. "A situação é bastante simples. Se aumenta a carga tributária, (os proprietários) acabam repassando os custos no aluguel. Isso deve encarecer o valor do aluguel. Também poderá diminuir o volume de lançamentos de imóveis, reduzir a oferta e aumentar ainda mais os preços. A situação é bastante preocupante", diz o presidente do Sindicato da Habitação de Mato Grosso (Secovi-MT), Marco Pessoz. "Se aumentar muito o preço e a renda não subir, vai vender menos e mais pessoas irão procurar pelo aluguel. Uma procura maior gera aumento nos valores", observa, lembrando que a **Reforma Tributária** tem um período de transição, passando a vigorar plenamente a partir de 2033.

Tiago Borba, CEO da Foco Negócios Imobiliários reforça que as regras da **Reforma Tributária** serão aplicadas para o proprietário locador do imóvel e até mesmo arrendatário de bens imóveis.

"Isso sim sofrerá uma alteração, uma vez que o que estava sendo pleiteado era um fator redutor de 80% para não haver impacto, porém o fator aprovado foi de 70%", diz. Conforme a Lei Complementar (LC) 214/2025, incidirá na locação de imóveis a cobrança de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). As alíquotas previstas são 17,70% para IBS e 8,8% para CBS, totalizando 26,50%.

## DEMANDA

Economia pujante nas regiões que são polos do agronegócio em Mato Grosso tem intensificado a procura por imóveis, tanto para aquisição como

locação. Em Sorriso, o mercado imobiliário prevê crescimento de 20% neste primeiro bimestre em locação residencial. De acordo com a coordenadora comercial de locação da Foco Negócios Imobiliários, Ana Paula Baldan, este fenômeno tem sido impulsionado por novos moradores atraídos por empregos na cidade. Outro fator relevante para o mercado de locação em Sorriso tem sido o aumento na oferta de imóveis, com novos bairros entregues. Essa dinâmica de mercado, onde a oferta se equipara com a demanda, tem contribuído para manter os preços dos aluguéis estáveis ou até mesmo em queda em alguns casos. Para 2025, a expectativa é de manutenção dos preços devido a essa alta oferta imobiliária.

**Site:** <https://www.gazetadigital.com.br>

# Por que petróleo na Amazônia entrou no cálculo de Lula para eleição de 2026

Quando embarcou para o Amapá, na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tinha na bagagem dois grandes objetivos.

O primeiro era intensificar seu périplo pelo Brasil em um momento de baixa popularidade .

Em dois meses, a aprovação de Lula caiu de 35% para 24%, segundo o Datafolha, o menor índice de todos os seus mandatos. A reprovação também atingiu recorde, passando de 34% a 41%.

O segundo, estreitar sua relação com um dos homens mais poderosos da República: o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) , eleito pela segunda vez para o cargo no início de fevereiro.

Em um palanque montado para uma plateia selecionada, Lula cumpriu o plano com um discurso que agradou Alcolumbre e a classe política local, mas deixou ambientalistas contrariados e preocupados.

Ninguém pode proibir que a gente deixe o Amapá pobre se tiver petróleo aqui , disse Lula.

Sem mencionar diretamente o tema, Alcolumbre disse que o mundo não estaria em condições de cobrar compromissos ambientais do Amapá.

Não venha o mundo cantar de galo em relação à nossa capacidade de preservar. O mundo não pode impor ao Amapá nada na relação da preservação e manutenção do meio ambiente , disse o senador.

As declarações de Lula e Alcolumbre foram uma alusão clara à exploração de petróleo na bacia sedimentar da Foz do Amazonas , uma região localizada a 500 quilômetros da costa do Amapá.

O Amapá vive a expectativa em torno dos supostos benefícios da possível exploração de petróleo na região.

O Estado tinha 33% da sua população vivendo em pobreza extrema, média superior à brasileira, de 27,5%, segundo cálculos do Instituto Jones dos Santos Neves (IJNS), com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As pesquisas sobre petróleo na região, no entanto,

estão paralisadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Mas são defendidas pela classe política amapaense. Alcolumbre é um dos principais entusiastas.

Por outro lado, cientistas e ambientalistas alertam para os riscos que a exploração de petróleo pode ter na região, considerada ambientalmente sensível.

Cientistas políticos e ambientalistas ouvidos pela BBC News Brasil avaliam que as declarações recentes de Lula sobre a Foz do Amazonas indicam que a exploração de petróleo na região entrou no cálculo político de Lula para o que resta de seu mandato e, principalmente, de olho na eleição presidencial de 2026.

Segundo eles, o aceno de Lula seria uma forma de tentar garantir o apoio de Alcolumbre para garantir alguma governabilidade no Congresso Nacional nos próximos dois anos em meio a uma dificuldade crônica de manter a coesão de sua base política no Parlamento.

Ao mesmo tempo, a aposta no petróleo da Margem Equatorial seria uma forma de lançar as bases para atrair votos não apenas no Amapá, mas em Estados do Nordeste e na região Norte com base nos supostos recursos bilionários que o petróleo da Margem Equatorial poderiam gerar.

Seria uma espécie de reedição do chamado milagre do pré-sal , descoberto durante os primeiros dois governos de Lula, que classificou na época a descoberta como um bilhete premiado e um passaporte para o futuro do Brasil .

Na segunda-feira (18/2), Lula, vestido com trajes de funcionários da Petrobras, voltou a falar sobre a importância da empresa.

Eu não defendo a Petrobras porque eu como petróleo, eu não como. Porque eu bebo gasolina, eu não bebo. Eu bebo outro álcool, mas gasolina, não , disse o presidente.

É preciso que a gente assuma uma responsabilidade e defenda com mais coragem aquilo que a gente acredita. Se não levarmos a sério, entra outro cara e

vai privatizar vocês. Vai mandar vocês embora.

Procurado pela BBC News Brasil, o Palácio do Planalto disse em nota que o compromisso desta gestão é agir com responsabilidade ambiental, cumprindo com rigor todos os requisitos ambientais e considerando a capacidade de retorno dessa exploração para o país .

Questionado sobre o cálculo político de Lula e como isso poderia influenciar ou não a liberação da exploração na região, o Planalto não respondeu.

A reportagem também enviou questionamentos a respeito do assunto ao Ministério do Meio Ambiente, comandado por Marina Silva (Rede), mas não obteve retorno.

Para Marco Antonio Teixeira, professor de ciência política da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, as falas de Lula sobre a exploração de petróleo na Foz do Amazonas fazem parte de um complexo cálculo político.

Não é apenas um cálculo de governabilidade , diz Teixeira à BBC News Brasil.

Alcolumbre não é só presidente do Senado. Ele é um senador pelo Amapá. Todo esse contexto faz com que o governo olhe para isso de uma forma política e não apenas ambiental.

Segundo Teixeira, Alcolumbre é considerado uma peça vital para o sucesso da articulação política do governo, uma vez que, como novo presidente do Senado, ele tem o controle sobre a pauta da Casa.

Seu apoio é importante para que projetos importantes para o governo sejam postos em votação ou para evitar a aprovação de eventuais pautas-bomba.

Além disso, Alcolumbre é uma das principais lideranças do União Brasil, partido que faz parte da base governista, embora não esteja inteiramente alinhado com a gestão petista.

No Senado, por exemplo, o partido tem sete senadores. Na Câmara, são 59 deputados federais. Com uma base política fragmentada, o apoio do União Brasil é considerado estratégico pelo governo.

Neste momento, o governo precisa dar sinais como esse, porque não o fazer implicaria desagradar o presidente do Senado , diz Teixeira.

O momento para esse tema é mais delicado agora do que quando Alcolumbre era apenas um senador. Além disso, ele pode ajudar a angariar apoio do União

Brasil, que é um partido dividido.

Outro elemento que, segundo Teixeira, pesaria no cálculo de Lula é a conta para a reeleição de 2026.

Pesquisas apontam que, apesar de ele ainda ser competitivo em cenários com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Lula está perdendo popularidade.

Neste contexto, ter projetos puxadores de voto torna-se imprescindível.

O Amapá tem apenas 571 mil eleitores de um total de 155 milhões em todo o Brasil.

Em 2022, no entanto, Lula viu um movimento incomum no Estado. Ele venceu a eleição ali no primeiro turno, mas perdeu entre os eleitores amapaenses no segundo.

Eduardo Grin, pesquisador do Centro de Estudos de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz não ter dúvidas de que a liberação para as perfurações de pesquisa na Foz do Amazonas já teria entrado na conta da governabilidade e das eleições de 2026.

Isso é apenas uma questão de tempo para liberar , diz Grin.

As falas de Lula sobre o assunto revelam que ele tem pressa em liberar essa perfuração porque é uma forma de pressionar o Alcolumbre para aprovar pautas importantes para o governo como a **reforma tributária** e ajuste fiscal.

Para Grin, não seria bom negócio para o governo manter o projeto parado.

Segurar a perfuração teria um custo elevado, porque é importante ter o apoio de Alcolumbre , afirma o pesquisador.

Então, ponderando os prós e os contras, o governo entende que é mais importante liberar isso do que comprometer o projeto mais importante da reeleição , prossegue.

O governo já fez o cálculo político dos efeitos negativos dessa liberação. Há expectativa de que haja reação internacional, mas quem vota no Lula é quem mora no Brasil. Não são os organismos internacionais.

Para o coordenador da bancada ambientalista na Câmara dos Deputados, Nilto Tatto (PT-SP), o movimento do presidente Lula obedece a uma lógica política.

Ele afirma que é contra a exploração de novos poços de petróleo, mas diz entender a posição de Lula.

Do ponto de vista político, o governo não tem muita opção. Não podemos esquecer que a chapa que elegeu o Lula presidente tem 130 deputados entre 513. No Senado, a fotografia é parecida. A base é pequena, diz Totto à BBC News Brasil.

Tem muitos setores econômicos que querem fazer exploração (na Foz do Amazonas). É só ver o tamanho, a dimensão da Petrobras, que você entende do que estamos falando, prossegue.

Além disso, há pressões de setores da sociedade que não dialogam com a ideia de que a pauta ambiental é importante para o enfrentamento da crise climática.

O deputado acrescenta ainda: Quando falamos da necessidade do governo em ampliar (a produção de petróleo) pensando em 2026, estamos falando de toda essa cadeia interessada. Este é o ponto de vista do governo.

O movimento do Lula aponta para uma possibilidade de governabilidade porque se você pegar toda a cadeia, não só do petróleo, mas do setor de energia, ela tem uma força política muito grande no Congresso Nacional, diz Totto.

O coordenador de Política Internacional da organização não governamental Observatório do Clima, Cláudio Ângelo, também concorda que a exploração de petróleo na Foz do Amazonas virou uma espécie de moeda política.

Assim que Alcolumbre assumiu, ele começou a falar dessas barbaridades. Lula sabe que vai ter dificuldades na Câmara dos Deputados e quer contar com a simpatia do presidente do Senado, diz Ângelo.

Por isso, acho que a Foz do Amazonas entrou na conta da governabilidade e explica esse afã petroleiro de Lula.

Em meio aos acenos políticos feitos por Lula, ambientalistas vêm se mostrando cada vez mais preocupados com os possíveis efeitos negativos dessas manifestações.

Um deles seria a pressão política sobre um órgão que deveria atuar de forma técnica como o Ibama.

As manifestações do Presidente da República acrescentam uma nova camada de pressão sobre a discussão de explorar petróleo na Foz do Amazonas, diz Rárisson Sampaio, porta-voz de transição energética do Greenpeace Brasil.

Há um coro com outras falas que já vinham ocorrendo em outros espaços políticos, sobretudo por agentes de governo e parlamentares.

Ainda segundo ele, o Ibama deveria ficar isento de pressões políticas para decidir sobre o assunto.

O Ibama não é agente de governo, mas uma autarquia federal com autonomia e competência definida por lei, de modo que é preciso respeitar suas decisões, mesmo quando estas são desfavoráveis ao intento político, afirmou Sampaio.

Para a ex-ministra do Meio Ambiente durante a gestão de Dilma Rousseff Izabela Teixeira, o processo de licenciamento sobre a Foz do Amazonas teria sido afetado pela politização.

Para discutir se vamos explorar petróleo em uma área sensível, é preciso antes saber se há viabilidade nela, disse ela à BBC News Brasil.

A politização contamina a discussão técnica. Vamos imaginar que não haja viabilidade lá: morrerá o assunto, certo?

Na avaliação da ex-ministra, Lula errou na forma como tratou do assunto.

Ele errou. O papel dele é entender os interesses do país e cobrar celeridade e eficiência dos processos institucionais, mas não é papel dele - nem de ninguém - apequenar instituições públicas competentes e responsáveis tecnicamente, disse.

Para Sampaio, as declarações de Lula representam uma contradição em relação ao papel de liderança climática que o Brasil pretende projetar, especialmente às vésperas da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Clima (COP 30), que será realizada em Belém (PA), no final do ano.

Este governo está firmemente comprometido em expandir a exploração de petróleo no país, mesmo que isso se dê ao custo de fragilizar uma das regiões mais sociobiodiversas do planeta, como é a região Amazônica, diz Sampaio.

Tal postura revela a contradição nos rumos da transição energética brasileira.

Por outro lado, o presidente da COP 30, embaixador André Correa do Lago, disse à BBC News Brasil que não ver contradição entre a expectativa de o Brasil explorar petróleo na bacia da Foz do Amazonas e o papel de liderança que o país tenta passar na área ambiental.

Se você pegar qualquer país do mundo, eles estão fazendo coisas com vistas a chegar à meta de neutralidade de emissões , afirmou o diplomata.

A controvérsia em torno da exploração de petróleo na bacia da Foz do Amazonas se arrasta há anos.

A região é uma bacia sedimentar no Oceano Atlântico. Ela faz parte de uma área maior chamada Margem Equatorial, que vai do Rio Grande do Norte ao Amapá.

A região é a principal aposta do governo brasileiro para renovar suas reservas de petróleo depois dos poços localizados na camada pré-sal, descobertos em 2006.

A expectativa em torno da exploração na Foz do Amazonas ficou ainda maior depois que, a partir de 2015, países como a Guiana e o Suriname, países geograficamente próximos ao Amapá, passaram a extrair petróleo em grandes quantidades gerando bilhões de dólares por ano.

Apesar disso, a exploração na Foz do Amazonas ainda não começou.

O tema estava adormecido nos últimos meses até que Alcolumbre venceu a eleição para a presidência do Senado, em 1º de fevereiro.

Lula deu depois disso declarações cobrando o Ibama por uma posição sobre o tema e chegou a dizer que seria preciso acabar com o lenga-lenga em torno do assunto.

Se depois a gente vai explorar, é outra discussão. O que não dá é para a gente ficar nessa lenga-lenga, com o Ibama sendo um órgão do governo e parecendo ser contra o governo , disse Lula em entrevista à rádio Diário FM, do Amapá, na sexta-feira passada (14/2).

Diante das declarações de Lula, o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, disse estar habituado a trabalhar sob pressão, mas afirmou nunca ter sido pressionado pelo presidente sobre o tema.

Isso é normal. Se eu não gostasse de pressão, não estava fazendo o que eu faço. Eu preciso também ser justo , disse Agostinho ao jornal O Globo.

O presidente nunca me pressionou para isso, mas de tempos em tempos tem empreendimentos que são emblemáticos e a sociedade toda cobra uma resposta. Vejo isso com muita naturalidade.

A Presidência da República disse em nota à BBC News Brasil que Lula tem defendido a necessidade de

o Brasil conduzir pesquisas para descobrir se há ou não petróleo na região da margem equatorial amazônica, que está a cerca de 500 km da foz do Rio Amazonas, como outros países já estão fazendo, mas com toda segurança necessária .

O governo defendeu ser importante para o futuro do país explorar essas reservas.

É fundamental considerar a importância estratégica dessa riqueza, que pode, por exemplo, financiar a transição energética e colocar definitivamente o Brasil como a potência mundial da energia verde , disse o Planalto em nota.

Os recursos provenientes da exploração podem, ainda, possibilitar mais investimentos em ações voltadas para o combate ao desmatamento e em áreas sociais como educação e saúde.

Atualmente, a Petrobras aguarda uma manifestação do Ibama sobre uma licença ambiental para a perfuração de um poço com o objetivo de pesquisar se há petróleo no local e, caso haja, se a exploração na região seria economicamente viável.

Nos últimos anos, a área técnica do Ibama não liberou a licença afirmando que a Petrobras não havia cumprido requisitos técnicos necessários para garantir a segurança da região no caso de um eventual vazamento.

A estatal, no entanto, vem argumentando que já cumpriu as últimas exigências feitas pelo órgão e que aguarda a liberação da licença.

Ambientalistas, por sua vez, dizem que a exploração nesta área pode levar à destruição de ecossistemas sensíveis como manguezais e recifes de corais.

Além disso, sinalizaria um retrocesso ambiental na medida em que o mundo deveria diminuir, em vez de aumentar, o ritmo da exploração de petróleo.

No governo, o tema divide opiniões. Enquanto ministros como o da Casa Civil (Rui Costa) e de Minas e Energia (Alexandre Silveira) defendem a exploração de petróleo na região, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, vem sustentando que a decisão sobre a liberação ou não da licença será técnica e não política.

Na sexta-feira, Lula disse ter certeza que Marina jamais será contra a exploração de petróleo na foz.

Porque a Marina é uma pessoa muito inteligente. O que ela quer, não é não fazer , mas é como fazer . Isso é uma coisa que eu quero, ela quer e você quer , disse Lula à Diário FM.

Como fazer para a gente não ser predatório com a nossa querida Amazônia. Por isso, acho que a gente vai fazer.

Em um evento ao lado de Lula após as declarações do presidente, a ministra não falou do assunto diretamente, mas defendeu a manutenção de investimentos em descarbonização e na transição energética do país.

O mundo vai ter que fazer essa transição , disse a ministra.

Para ambientalistas ouvidos pela BBC News Brasil, a insistência do atual presidente em torno da exploração de petróleo na Foz do Amazonas pode fazer com que o projeto fique conhecido como a Belo Monte de Lula.

A referência é uma menção à usina hidrelétrica de Belo Monte, iniciada durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e que foi alvo de intenso debate entre governistas e ambientalistas.

A exemplo do que acontece agora com o petróleo na Foz do Amazonas, a liberação para as obras de Belo Monte também colocava o governo e ambientalistas em lados opostos.

Cientistas alertavam que a construção da usina poderia prejudicar populações indígenas que viviam às margens do rio Xingu, no Pará, além de afetar a fauna e a flora da região.

Em janeiro de 2011, o então presidente do Ibama Abelardo Bayma pediu exoneração do cargo em meio ao aumento das pressões para a liberação da obra.

Em seu lugar, assumiu Curt Trennepohl. Seis meses depois, em junho, a licença para o início da obra foi liberada.

Doze anos depois, técnicos do Ibama constataram que alguns dos prejuízos previstos inicialmente se materializaram.

Relatórios do órgão obtidos pelo site Sumaúma apontaram danos a populações indígenas como os povos Yudjá/Juruna e Xikrin.

Um desses danos foi a criação dos chamados remansos , espécies de redemoinhos que prejudicam a navegação e desgastam as margens do rio, aumentando a erosão do rio Xingu.

Isso também teria efeitos sobre os estoques pesqueiros, considerados essenciais para a sobrevivência das populações tradicionais da região.

O que marcou o projeto de Belo Monte foi a sobreposição de uma decisão política em contraposição a diversas análises que apontavam para os graves problemas socioambientais da obra, situações estas que se mostraram verdadeiras no longo prazo , diz Sampaio.

Sobre a Foz do Amazonas, um despacho da área de licenciamento ambiental do Ibama de 2023 apontou que os modelos e planos de segurança apresentados pela Petrobras até então precisavam ser melhorados por conta da sensibilidade da região em que a estatal pretende fazer suas perfurações.

A depender do local escolhido, sua sensibilidade social e ambiental, erros nas previsões da modelagem podem prejudicar as estratégias de contenção e recolhimento de óleo e de proteção da fauna, o que leva ao aumento do risco de dano à biodiversidade e aos modos de subsistência de populações locais , diz um trecho do documento.

Desde então, a Petrobras tem enviado novos estudos em complemento às exigências feitas pelo Ibama numa tentativa de destravar o processo de licenciamento.

No caso da Foz do Amazonas e da Margem Equatorial como um todo, vemos a repetição de alguns elementos por parte do governo federal , diz Rárisson Sampaio, do Greenpeace Brasil.

Para Claudio Angelo, do Observatório do Clima, o paralelo faz sentido: Todos os estudos diziam que Belo Monte ia ser um desastre, mas o governo decidiu fazer mesmo assim .

Quando embarcou para o Amapá, na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tinha na bagagem dois grandes objetivos.

O primeiro era intensificar seu périplo pelo Brasil em um momento de baixa popularidade .

Em dois meses, a aprovação de Lula caiu de 35% para 24%, segundo o Datafolha, o menor índice de todos os seus mandatos. A reprovação também atingiu recorde, passando de 34% a 41%.

O segundo, estreitar sua relação com um dos homens mais poderosos da República: o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) , eleito pela segunda vez para o cargo no início de fevereiro.

Em um palanque montado para uma plateia selecionada, Lula cumpriu o plano com um discurso que agradou Alcolumbre e a classe política local, mas

deixou ambientalistas contrariados e preocupados.

Ninguém pode proibir que a gente deixe o Amapá pobre se tiver petróleo aqui , disse Lula.

Sem mencionar diretamente o tema, Alcolumbre disse que o mundo não estaria em condições de cobrar compromissos ambientais do Amapá.

Não venha o mundo cantar de galo em relação à nossa capacidade de preservar. O mundo não pode impor ao Amapá nada na relação da preservação e manutenção do meio ambiente , disse o senador.

As declarações de Lula e Alcolumbre foram uma alusão clara à exploração de petróleo na bacia sedimentar da Foz do Amazonas , uma região localizada a 500 quilômetros da costa do Amapá.

O Amapá vive a expectativa em torno dos supostos benefícios da possível exploração de petróleo na região.

O Estado tinha 33% da sua população vivendo em pobreza extrema, média superior à brasileira, de 27,5%, segundo cálculos do Instituto Jones dos Santos Neves (IJNS), com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As pesquisas sobre petróleo na região, no entanto, estão paralisadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Mas são defendidas pela classe política amapaense. Alcolumbre é um dos principais entusiastas.

Por outro lado, cientistas e ambientalistas alertam para os riscos que a exploração de petróleo pode ter na região, considerada ambientalmente sensível.

Cientistas políticos e ambientalistas ouvidos pela BBC News Brasil avaliam que as declarações recentes de Lula sobre a Foz do Amazonas indicam que a exploração de petróleo na região entrou no cálculo político de Lula para o que resta de seu mandato e, principalmente, de olho na eleição presidencial de 2026.

Segundo eles, o aceno de Lula seria uma forma de tentar garantir o apoio de Alcolumbre para garantir alguma governabilidade no Congresso Nacional nos próximos dois anos em meio a uma dificuldade crônica de manter a coesão de sua base política no Parlamento.

Ao mesmo tempo, a aposta no petróleo da Margem Equatorial seria uma forma de lançar as bases para atrair votos não apenas no Amapá, mas em Estados

do Nordeste e na região Norte com base nos supostos recursos bilionários que o petróleo da Margem Equatorial poderiam gerar.

Seria uma espécie de reedição do chamado milagre do pré-sal , descoberto durante os primeiros dois governos de Lula, que classificou na época a descoberta como um bilhete premiado e um passaporte para o futuro do Brasil .

Na segunda-feira (18/2), Lula, vestido com trajes de funcionários da Petrobras, voltou a falar sobre a importância da empresa.

Eu não defendo a Petrobras porque eu como petróleo, eu não como. Porque eu bebo gasolina, eu não bebo. Eu bebo outro álcool, mas gasolina, não , disse o presidente.

É preciso que a gente assuma uma responsabilidade e defenda com mais coragem aquilo que a gente acredita. Se não levamos a sério, entra outro cara e vai privatizar vocês. Vai mandar vocês embora.

Procurado pela BBC News Brasil, o Palácio do Planalto disse em nota que o compromisso desta gestão é agir com responsabilidade ambiental, cumprindo com rigor todos os requisitos ambientais e considerando a capacidade de retorno dessa exploração para o país .

Questionado sobre o cálculo político de Lula e como isso poderia influenciar ou não a liberação da exploração na região, o Planalto não respondeu.

A reportagem também enviou questionamentos a respeito do assunto ao Ministério do Meio Ambiente, comandado por Marina Silva (Rede), mas não obteve retorno.

Para Marco Antonio Teixeira, professor de ciência política da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, as falas de Lula sobre a exploração de petróleo na Foz do Amazonas fazem parte de um complexo cálculo político.

Não é apenas um cálculo de governabilidade , diz Teixeira à BBC News Brasil.

Alcolumbre não é só presidente do Senado. Ele é um senador pelo Amapá. Todo esse contexto faz com que o governo olhe para isso de uma forma política e não apenas ambiental.

Segundo Teixeira, Alcolumbre é considerado uma peça vital para o sucesso da articulação política do governo, uma vez que, como novo presidente do Senado, ele tem o controle sobre a pauta da Casa.

Seu apoio é importante para que projetos importantes para o governo sejam postos em votação ou para evitar a aprovação de eventuais pautas-bomba.

Além disso, Alcolumbre é uma das principais lideranças do União Brasil, partido que faz parte da base governista, embora não esteja inteiramente alinhado com a gestão petista.

No Senado, por exemplo, o partido tem sete senadores. Na Câmara, são 59 deputados federais. Com uma base política fragmentada, o apoio do União Brasil é considerado estratégico pelo governo.

Neste momento, o governo precisa dar sinais como esse, porque não o fazer implicaria desagradar o presidente do Senado, diz Teixeira.

O momento para esse tema é mais delicado agora do que quando Alcolumbre era apenas um senador. Além disso, ele pode ajudar a angariar apoio do União Brasil, que é um partido dividido.

Outro elemento que, segundo Teixeira, pesaria no cálculo de Lula é a conta para a reeleição de 2026.

Pesquisas apontam que, apesar de ele ainda ser competitivo em cenários com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Lula está perdendo popularidade.

Neste contexto, ter projetos puxadores de voto torna-se imprescindível.

O Amapá tem apenas 571 mil eleitores de um total de 155 milhões em todo o Brasil.

Em 2022, no entanto, Lula viu um movimento incomum no Estado. Ele venceu a eleição ali no primeiro turno, mas perdeu entre os eleitores amapaenses no segundo.

Eduardo Grin, pesquisador do Centro de Estudos de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz não ter dúvidas de que a liberação para as perfurações de pesquisa na Foz do Amazonas já teria entrado na conta da governabilidade e das eleições de 2026.

Isso é apenas uma questão de tempo para liberar, diz Grin.

As falas de Lula sobre o assunto revelam que ele tem pressa em liberar essa perfuração porque é uma forma de pressionar o Alcolumbre para aprovar pautas importantes para o governo como a reforma tributária e ajuste fiscal.

Para Grin, não seria bom negócio para o governo manter o projeto parado.

Segurar a perfuração teria um custo elevado, porque é importante ter o apoio de Alcolumbre, afirma o pesquisador.

Então, ponderando os prós e os contras, o governo entende que é mais importante liberar isso do que comprometer o projeto mais importante da reeleição, prossegue.

O governo já fez o cálculo político dos efeitos negativos dessa liberação. Há expectativa de que haja reação internacional, mas quem vota no Lula é quem mora no Brasil. Não são os organismos internacionais.

Para o coordenador da bancada ambientalista na Câmara dos Deputados, Nilto Tatto (PT-SP), o movimento do presidente Lula obedece a uma lógica política.

Ele afirma que é contra a exploração de novos poços de petróleo, mas diz entender a posição de Lula.

Do ponto de vista político, o governo não tem muita opção. Não podemos esquecer que a chapa que elegeu o Lula presidente tem 130 deputados entre 513. No Senado, a fotografia é parecida. A base é pequena, diz Tatto à BBC News Brasil.

Tem muitos setores econômicos que querem fazer exploração (na Foz do Amazonas). É só ver o tamanho, a dimensão da Petrobras, que você entende do que estamos falando, prossegue.

Além disso, há pressões de setores da sociedade que não dialogam com a ideia de que a pauta ambiental é importante para o enfrentamento da crise climática.

O deputado acrescenta ainda: Quando falamos da necessidade do governo em ampliar (a produção de petróleo) pensando em 2026, estamos falando de toda essa cadeia interessada. Este é o ponto de vista do governo.

O movimento do Lula aponta para uma possibilidade de governabilidade porque se você pegar toda a cadeia, não só do petróleo, mas do setor de energia, ela tem uma força política muito grande no Congresso Nacional, diz Tatto.

O coordenador de Política Internacional da organização não governamental Observatório do Clima, Cláudio Ângelo, também concorda que a exploração de petróleo na Foz do Amazonas virou uma espécie de moeda política.

Assim que Alcolumbre assumiu, ele começou a falar dessas barbaridades. Lula sabe que vai ter dificuldades na Câmara dos Deputados e quer contar com a simpatia do presidente do Senado, diz Ângelo.

Por isso, acho que a Foz do Amazonas entrou na conta da governabilidade e explica esse afã petroleiro de Lula.

Em meio aos acenos políticos feitos por Lula, ambientalistas vêm se mostrando cada vez mais preocupados com os possíveis efeitos negativos dessas manifestações.

Um deles seria a pressão política sobre um órgão que deveria atuar de forma técnica como o Ibama.

As manifestações do Presidente da República acrescentam uma nova camada de pressão sobre a discussão de explorar petróleo na Foz do Amazonas, diz Rárisson Sampaio, porta-voz de transição energética do Greenpeace Brasil.

Há um coro com outras falas que já vinham ocorrendo em outros espaços políticos, sobretudo por agentes de governo e parlamentares.

Ainda segundo ele, o Ibama deveria ficar isento de pressões políticas para decidir sobre o assunto.

O Ibama não é agente de governo, mas uma autarquia federal com autonomia e competência definida por lei, de modo que é preciso respeitar suas decisões, mesmo quando estas são desfavoráveis ao intento político, afirmou Sampaio.

Para a ex-ministra do Meio Ambiente durante a gestão de Dilma Rousseff Izabela Teixeira, o processo de licenciamento sobre a Foz do Amazonas teria sido afetado pela politização.

Para discutir se vamos explorar petróleo em uma área sensível, é preciso antes saber se há viabilidade nela, disse ela à BBC News Brasil.

A politização contamina a discussão técnica. Vamos imaginar que não haja viabilidade lá: morrerá o assunto, certo?

Na avaliação da ex-ministra, Lula errou na forma como tratou do assunto.

Ele errou. O papel dele é entender os interesses do país e cobrar celeridade e eficiência dos processos institucionais, mas não é papel dele - nem de ninguém - apequenar instituições públicas competentes e responsáveis tecnicamente, disse.

Para Sampaio, as declarações de Lula representam uma contradição em relação ao papel de liderança climática que o Brasil pretende projetar, especialmente às vésperas da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Clima (COP 30), que será realizada em Belém (PA), no final do ano.

Este governo está firmemente comprometido em expandir a exploração de petróleo no país, mesmo que isso se dê ao custo de fragilizar uma das regiões mais sociobiodiversas do planeta, como é a região Amazônica, diz Sampaio.

Tal postura revela a contradição nos rumos da transição energética brasileira.

Por outro lado, o presidente da COP 30, embaixador André Correa do Lago, disse à BBC News Brasil que não ver contradição entre a expectativa de o Brasil explorar petróleo na bacia da Foz do Amazonas e o papel de liderança que o país tenta passar na área ambiental.

Se você pegar qualquer país do mundo, eles estão fazendo coisas com vistas a chegar à meta de neutralidade de emissões, afirmou o diplomata.

A controvérsia em torno da exploração de petróleo na bacia da Foz do Amazonas se arrasta há anos.

A região é uma bacia sedimentar no Oceano Atlântico. Ela faz parte de uma área maior chamada Margem Equatorial, que vai do Rio Grande do Norte ao Amapá.

A região é a principal aposta do governo brasileiro para renovar suas reservas de petróleo depois dos poços localizados na camada pré-sal, descobertos em 2006.

A expectativa em torno da exploração na Foz do Amazonas ficou ainda maior depois que, a partir de 2015, países como a Guiana e o Suriname, países geograficamente próximos ao Amapá, passaram a extrair petróleo em grandes quantidades gerando bilhões de dólares por ano.

Apesar disso, a exploração na Foz do Amazonas ainda não começou.

O tema estava adormecido nos últimos meses até que Alcolumbre venceu a eleição para a presidência do Senado, em 1º de fevereiro.

Lula deu depois disso declarações cobrando o Ibama por uma posição sobre o tema e chegou a dizer que seria preciso acabar com o lenga-lenga em torno do assunto.

Se depois a gente vai explorar, é outra discussão. O que não dá é para a gente ficar nessa lenga-lenga, com o Ibama sendo um órgão do governo e parecendo ser contra o governo, disse Lula em entrevista à rádio Diário FM, do Amapá, na sexta-feira passada (14/2).

Diante das declarações de Lula, o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, disse estar habituado a trabalhar sob pressão, mas afirmou nunca ter sido pressionado pelo presidente sobre o tema.

Isso é normal. Se eu não gostasse de pressão, não estava fazendo o que eu faço. Eu preciso também ser justo, disse Agostinho ao jornal O Globo.

O presidente nunca me pressionou para isso, mas de tempos em tempos tem empreendimentos que são emblemáticos e a sociedade toda cobra uma resposta. Vejo isso com muita naturalidade.

A Presidência da República disse em nota à BBC News Brasil que Lula tem defendido a necessidade de o Brasil conduzir pesquisas para descobrir se há ou não petróleo na região da margem equatorial amazônica, que está a cerca de 500 km da foz do Rio Amazonas, como outros países já estão fazendo, mas com toda segurança necessária.

O governo defendeu ser importante para o futuro do país explorar essas reservas.

É fundamental considerar a importância estratégica dessa riqueza, que pode, por exemplo, financiar a transição energética e colocar definitivamente o Brasil como a potência mundial da energia verde, disse o Planalto em nota.

Os recursos provenientes da exploração podem, ainda, possibilitar mais investimentos em ações voltadas para o combate ao desmatamento e em áreas sociais como educação e saúde.

Atualmente, a Petrobras aguarda uma manifestação do Ibama sobre uma licença ambiental para a perfuração de um poço com o objetivo de pesquisar se há petróleo no local e, caso haja, se a exploração na região seria economicamente viável.

Nos últimos anos, a área técnica do Ibama não liberou a licença afirmando que a Petrobras não havia cumprido requisitos técnicos necessários para garantir a segurança da região no caso de um eventual vazamento.

A estatal, no entanto, vem argumentando que já cumpriu as últimas exigências feitas pelo órgão e que aguarda a liberação da licença.

Ambientalistas, por sua vez, dizem que a exploração nesta área pode levar à destruição de ecossistemas sensíveis como manguezais e recifes de corais.

Além disso, sinalizaria um retrocesso ambiental na medida em que o mundo deveria diminuir, em vez de aumentar, o ritmo da exploração de petróleo.

No governo, o tema divide opiniões. Enquanto ministros como o da Casa Civil (Rui Costa) e de Minas e Energia (Alexandre Silveira) defendem a exploração de petróleo na região, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, vem sustentando que a decisão sobre a liberação ou não da licença será técnica e não política.

Na sexta-feira, Lula disse ter certeza que Marina jamais será contra a exploração de petróleo na foz.

Porque a Marina é uma pessoa muito inteligente. O que ela quer, não é não fazer, mas é como fazer. Isso é uma coisa que eu quero, ela quer e você quer, disse Lula à Diário FM.

Como fazer para a gente não ser predatório com a nossa querida Amazônia. Por isso, acho que a gente vai fazer.

Em um evento ao lado de Lula após as declarações do presidente, a ministra não falou do assunto diretamente, mas defendeu a manutenção de investimentos em descarbonização e na transição energética do país.

O mundo vai ter que fazer essa transição, disse a ministra.

Para ambientalistas ouvidos pela BBC News Brasil, a insistência do atual presidente em torno da exploração de petróleo na Foz do Amazonas pode fazer com que o projeto fique conhecido como a Belo Monte de Lula.

A referência é uma menção à usina hidrelétrica de Belo Monte, iniciada durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e que foi alvo de intenso debate entre governistas e ambientalistas.

A exemplo do que acontece agora com o petróleo na Foz do Amazonas, a liberação para as obras de Belo Monte também colocava o governo e ambientalistas em lados opostos.

Cientistas alertavam que a construção da usina poderia prejudicar populações indígenas que viviam às margens do rio Xingu, no Pará, além de afetar a fauna e a flora da região.

Em janeiro de 2011, o então presidente do Ibama Abelardo Bayma pediu exoneração do cargo em meio

ao aumento das pressões para a liberação da obra.

Em seu lugar, assumiu Curt Trennepohl. Seis meses depois, em junho, a licença para o início da obra foi liberada.

Doze anos depois, técnicos do Ibama constataram que alguns dos prejuízos previstos inicialmente se materializaram.

Relatórios do órgão obtidos pelo site Sumaúma apontaram danos a populações indígenas como os povos Yudjá/Juruna e Xikrin.

Um desses danos foi a criação dos chamados remansos , espécies de redemoinhos que prejudicam a navegação e desgastam as margens do rio, aumentando a erosão do rio Xingu.

Isso também teria efeitos sobre os estoques pesqueiros, considerados essenciais para a sobrevivência das populações tradicionais da região.

O que marcou o projeto de Belo Monte foi a sobreposição de uma decisão política em contraposição a diversas análises que apontavam para os graves problemas socioambientais da obra, situações estas que se mostraram verdadeiras no longo prazo , diz Sampaio.

Sobre a Foz do Amazonas, um despacho da área de licenciamento ambiental do Ibama de 2023 apontou que os modelos e planos de segurança apresentados pela Petrobras até então precisavam ser melhorados por conta da sensibilidade da região em que a estatal pretende fazer suas perfurações.

A depender do local escolhido, sua sensibilidade social e ambiental, erros nas previsões da modelagem podem prejudicar as estratégias de contenção e recolhimento de óleo e de proteção da fauna, o que leva ao aumento do risco de dano à biodiversidade e aos modos de subsistência de populações locais , diz um trecho do documento.

Desde então, a Petrobras tem enviado novos estudos em complemento às exigências feitas pelo Ibama numa tentativa de destravar o processo de licenciamento.

No caso da Foz do Amazonas e da Margem Equatorial como um todo, vemos a repetição de alguns elementos por parte do governo federal , diz Rárisson Sampaio, do Greenpeace Brasil.

Para Claudio Angelo, do Observatório do Clima, o paralelo faz sentido: Todos os estudos diziam que Belo Monte ia ser um desastre, mas o governo decidiu

fazer mesmo assim .

#### **Notícias Relacionadas:**

G1 - NACIONAL

Por que petróleo na Amazônia entrou no cálculo de Lula para eleição de 2026

#### **Site:**

<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2025/02/7069752-por-que-petroleo-na-amazonia-entrou-no-calculo-de-lula-para-eleicao-de-2026.html>

# Brasil precisará passar por várias reformas da Previdência, diz Ceron

**CÍCERO COTRIM FERNANDA TRISOTTO AMANDA PUPO  
BRASÍLIA**

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse ontem que é "irrefutável" a avaliação de que o Brasil precisará passar por diversas reformas da Previdência ao longo do tempo. O aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população levam a esse diagnóstico, afirmou.

"Esses dois fatores, expectativa de vida e uma questão demográfica, geram uma pressão, e você tem de atualizar as condições de tempos em tempos", disse o secretário, em entrevista ao vivo à Exame. "O País deveria, cada vez mais, tratar isso com naturalidade e com seriedade." Ceron disse que, para manter investimentos e uma carga tributária que "permita o desenvolvimento da economia", é necessário fazer esse tipo de ajuste. "Não é uma discussão fácil, ninguém quer perder benefícios.

Mas tem de fazer isso", afirmou. "É inevitável, nós teremos de passar no futuro por outras reformas." **PESO NO ORÇAMENTO.** "A dinâmica previdenciária no Brasil é um problema de décadas, ela vem ampliando a sua participação no Orçamento", disse o secretário, destacando o impacto de mudanças no perfil da população.

"Isso é assim no mundo todo: a pressão previdenciária, em função da questão demográfica, é uma pressão constante." Ceron também citou entre as principais fontes de preocupação o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Segundo o secretário, os gastos com o programa têm crescido acima do ritmo da economia e das receitas, e devem em breve chegar ao mesmo tamanho do Bolsa Família.

"É uma coisa que a sociedade precisa parar para pensar se está adequada ou não", disse. "Nós fizemos um ajuste no final do ano passado, justamente para melhorar as questões cadastrais, os beneficiários que são de fato elegíveis, porque tem indícios de muita judicialização." As mudanças propostas pela equipe econômica para o BPC, no entanto, foram desidratadas pelo Congresso Nacional na provação do pacote de contenção de gastos.

O secretário afirmou que o governo vai continuar tomando medidas para garantir a dinâmica mais sustentável.

**SALÁRIO MÍNIMO.** Ceron defendeu que o governo tem uma diretriz muito clara sobre a valorização do salário mínimo, e justificou que a discussão sobre o tema é uma das mais complexas.

Ele mencionou que, apesar de a opção por uma política de valorização do mínimo acima da **inflação** pressionar as contas públicas do ponto de vista fiscal, tem um impacto brutal sobre a renda das famílias e economia como um todo.

"O presidente (Lula) sempre foi muito claro. Para ele, nada é mais importante do que a política de valorização do salário mínimo, porque gera incremento de renda, retirada da pobreza", relatou Ceron.

Ele lembrou que o desafio do governo é manter os reajustes reais do mínimo em equilíbrio com as contas públicas.

Por isso, lembrou, foi aprovada no fim do ano passado uma mudança para que a alta do mínimo esteja limitada ao avanço do arcabouço fiscal, de 2,5% ao ano acima da **inflação**.

"Na nossa opinião, vai continuar tendo algum crescimento real do salário mínimo. De momento em momento vai ter de ser reavaliado isso, com **inflação** baixa. Atingindo esse bom equilíbrio, talvez as coisas vão se resolvendo daqui para frente. Estamos quase virando a página da questão do déficit público, virando para superávit, e aí a nossa discussão é qual é o superávit que vai ser o necessário para equilibrar a dívida." O secretário também ressaltou que a proposta de ampliação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil está sendo trabalhada por uma equipe "muito técnica" e rejeitou a avaliação de que a compensação do benefício pela tributação dos muito ricos irá gerar impactos para grandes empresas que já recolhem **tributos** de forma "adequada". |

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Taxas recíprocas podem ser o caos para economia global (Artigo)

O que acontece quando você abandona os princípios que sustentaram o comércio global por três quartos de século? Donald Trump espera descobrir.

Ele quer cobrar tarifas "recíprocas", que correspondem às taxas que as exportações americanas enfrentam no exterior.

Um sistema de comércio multilateral estável que, apesar de todas as suas falhas, promoveu aumentos milagrosos na prosperidade global daria lugar a julgamentos arbitrários feitos no Salão Oval.

Após a 2.<sup>a</sup> Guerra, os EUA criaram um sistema de comércio global que buscava tratar os países de forma igualitária.

O princípio operacional era a cláusula da "nação mais favorecida" (NMF), o que significa que os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) devem cobrar a mesma taxa sobre um determinado bem, independentemente de sua origem - exceto em acordos profundos de livre comércio, como o firmado entre os Estados Unidos, o Canadá e o México. Como consequência, em um determinado mercado, as empresas americanas negociam nos mesmos termos que a maioria dos outros estrangeiros.

Isso funciona como um freio contra as guinadas em direção ao protecionismo ou ao lobby, pois alterar as tarifas para um parceiro comercial significaria alterá-las para todos.

A NMF tem levado a assimetrias.

Os países podem proteger produtores poderosos, desde que a tarifa externa seja uniforme.

Ela também permite desequilíbrios nas taxas médias, porque os países diferem em sua disposição de liberalizar.

Os Estados Unidos cobraram uma tarifa média simples de apenas 3,3% em 2023, inferior aos 5% da UE e aos 3,8% do Reino Unido. Os países pobres tendem a ter tarifas mais altas.

Isso não significa que os EUA sejam uma vítima. Seus consumidores se beneficiam de importações baratas e suas empresas de peças baratas. No século 20, o livre

comércio aumentou a estabilidade global.

O problema, porém, é que a política de Trump seria complicada, arbitrária e passível de aumentar em vez de diminuir (as taxas a produtos americanos).

O esforço administrativo necessário para implementá-la variaria de exaustivo a gigantesco, dependendo de como a reciprocidade fosse definida. No mínimo, para cada mercadoria, uma única tarifa seria substituída por centenas de possíveis taxas bilaterais e as coisas se tornariam extremamente complexas para produtos com cadeias de suprimentos que abrangem muitos países. No final do século 19 e início do século 20, os Estados Unidos buscaram a reciprocidade apenas para concluir que a negociação constante era complicada e imprevisível, levando o Congresso a adotar a NMF incondicional em 1922.

A imprevisibilidade seria agravada pelo desejo de Trump de julgar se as práticas comerciais de um país são injustas.

Sua ordem citou os **Impostos** sobre Valor Agregado (IVAs), que são cobrados na maioria dos países ricos, como uma dessas discriminações; os Estados Unidos não têm IVA, apenas **impostos** estaduais e locais sobre vendas. No entanto, os IVAs são justos, pois se aplicam igualmente às importações e aos produtos locais.

A inclusão de IVAs na reciprocidade levaria a aumentos significativos nas tarifas. O banco Goldman Sachs afirma que, se os Estados Unidos adotassem apenas tarifas semelhantes às do espelho sem retaliação, seus **impostos** aumentariam em uma média de dois pontos percentuais.

Muitas taxas de IVA europeias ultrapassam 20%.

Mas provavelmente haverá retaliação, de modo que as tarifas provavelmente aumentarão em espiral. A mera possibilidade disso dissuadirá as empresas de dependerem do comércio.

Como o raciocínio de Trump sobre o IVA é absurdo, quem sabe qual será a próxima queixa que ele inventará? E a reciprocidade é apenas um componente de seus planos.

Se ele também impuser taxas de 25% sobre alguns produtos, como ele ameaça continuamente, você terá uma receita para retaliação e uma guerra comercial em grande escala. Isso pode ser conveniente para Trump, mas seria um golpe para as economias americana e mundial.

© 2025 THE ECONOMIST NEWSPAPER LIMITED.

DIREITOS RESERVADOS. PUBLICADO SOB LICENÇA. O TEXTO ORIGINAL EM INGLÊS ESTÁ EM WWW.ECONOMIST.COM

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Com repasse recorde, Estados e municípios gastam cada vez mais

Os repasses da União a Estados e municípios alcançaram no ano passado nível recorde de R\$ 595,7 bilhões, alta de 5,2% em termos reais sobre 2023 e 43,2% acima dos R\$ 416 bilhões de 2019, período pré-pandemia. O aumento é resultado de vários fatores, como evolução das emendas Pix, alta nos royalties de petróleo e também a estratégia da União de buscar ajuste por meio da elevação de receita, o que impulsionou também as transferências obrigatórias.

A alta financiou o crescente aumento de gastos dos governos regionais. As despesas primárias agregadas de Estados e municípios, que historicamente andaram no mesmo nível que os gastos diretos da União até 2021, se descolaram e continuam a crescer. No ano passado, esses gastos cresceram até o terceiro trimestre de 2024, segundo os dados disponíveis mais recentes, em movimento contrário ao das despesas do governo federal, que caíram em termos reais no decorrer de 2024.

No terceiro trimestre de 2024, os gastos primários dos governos regionais somaram R\$ 631 bilhões enquanto as despesas primárias diretas da União foram de R\$ 515 bilhões. De janeiro a setembro de 2024, Estados e municípios gastaram R\$ 1,84 trilhão, e o governo central, R\$ 1,63 trilhão. No mesmo período de 2019 os dados eram de R\$ 1,46 trilhão nos governos regionais e R\$ 1,43 trilhão no federal. Em 2019, a despesa média trimestral de Estados e municípios foi de R\$ 483 bilhões, enquanto a média dos três trimestres de 2024 foi de R\$612 bilhões.

A análise é de Bráulio Borges, economista da LCA 4intelligence e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). A comparação considera os gastos diretos da União, excluindo repasses como Fundeb, auxílios a Estados e municípios, Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), transferências da Lei Kandir e compensação por desoneração de folha. Esses valores entram na conta de gastos primários da União, mas são repassados e gastos efetivamente por Estados e municípios.

A exclusão evita dupla contagem na soma das despesas, explica o economista. Os dados de despesa primária foram atualizados pelo deflator do **PIB** até o terceiro trimestre de 2024 e ajustados sazonalmente.

Os repasses da União foram atualizados pelo IPCA.

O governo federal teve uma expansão forte de despesas primárias diretas em 2020, durante o início da pandemia de covid-19, mas depois isso se ajustou no primeiro trimestre de 2021. Os gastos voltaram a crescer em 2023, no primeiro ano do atual mandato, após a chamada PEC da Transição, a partir da qual um conjunto de medidas elevou as despesas da União. De 2022 para 2023 o gasto primário direto do governo federal subiu de uma média trimestral

Relatório da Warren Rena mostra redução do nível de resultado primário dos governos regionais de R\$ 476,3 bilhões para R\$ 528,7 bilhões. No último trimestre de 2023, atingiu R\$ 598 bilhões. No decorrer de 2024, o nível federal de gastos foi reduzido em razão da necessidade de ajuste, lembra Borges. A despesa primária direta começou o ano passado em R\$ 561 bilhões no primeiro trimestre e terminou com R\$ 499 bilhões de outubro a dezembro.

Nos Estados e municípios esse ajuste não ocorreu no último ano. Os gastos primários médios trimestrais avançaram de R\$ 533,7 bilhões em 2022 para R\$ 565,8 bilhões em 2023 e mantiveram tendência de crescimento no decorrer do ano passado, até o terceiro trimestre de 2024. "Para os governos regionais, o céu é o limite. Obviamente que, dado o peso deles, isso atrapalha bastante a política monetária", avalia Borges. Ele explica que, mesmo com redução de gastos do governo federal, Estados e municípios mantêm uma política de expansão fiscal.

De 2011 até 2018, aponta Borges, o total de repasses da União aos governos regionais ficou em torno de R\$ 380 bilhões anuais, em média. Desse valor, cerca de R\$280 bilhões vinham de FPE e FPM, R\$ 70 bilhões por outras transferências por repartição de receita, sendo os royalties de petróleo a mais importante. O restante, em torno de R\$ 30 bilhões, era composto por repasses diversos, como Fundeb, Lei Kandir, FCDF, auxílio a Estados e municípios. "A partir de 2019 os repasses começam a crescer e agora, nos últimos dois a três anos, foi de praticamente R\$ 600 bilhões em 2024, depois de ficar em torno de R\$ 570 bilhões em média no biênio 2022 e 2023."

Vários foram os fatores que puxaram os repasses, observa Borges. Os repasses de FPE e FPM, segundo

mostra o levantamento do economista, somaram R\$ 420,7 bilhões em 2024, valor 11,7% maior que o do ano anterior e 52% a mais que a média de R\$ 276,7 bilhões de 2011 a 2018. "Isso aumentou bastante pela estratégia de consolidação fiscal do governo federal atual, que é via aumento de **impostos**", diz ele, referindo-se a Imposto de Renda (IR), principalmente, e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A receita com os dois **tributos** alimenta o FPE e o FPM.

As transferências por repartição de receita alcançaram R\$ 108 bilhões em 2024, 2,6% a mais que 2023 e 52,9% a mais que a média nos mesmos oito anos. Essa alta, diz Borges, explicada principalmente pelos royalties de petróleo, que aumentaram ao longo dos últimos anos. Nesse repasse, destaca Borges, a distribuição de recurso não é tão difusa quanto no FPM e FPE. A destinação da transferência é mais concentrada, explica, em Estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, e em algumas poucas cidades nesses Estados.

Já o grupo de repasses do Fundeb, FCDF, Lei Kandir e auxílios somou R\$ 67,1 bilhões e caiu em relação aos R\$ 84,4 bilhões de 2023, mas mais que dobrou - alta de 118,5% - em relação à média 2011 a 2018. Esse grupo de repasses, explica Borges, são contabilizados como gastos do governo federal e estão, inclusive, sujeitos à regra de despesas do arcabouço fiscal. "Na realidade, porém, são repasses da União, porque os gastos serão dos Estados e municípios." O maior exemplo nesse grupo é o Fundeb, que foi muito majorado em 2020, quando o Congresso aprovou não somente sua prorrogação, mas também uma ampliação do programa. "O Fundeb, que antes era um repasse de R\$ 20 bilhões ao ano, já chegou quase a R\$ 50 bilhões no ano passado e vai continuar a subir nos próximos anos e chegar mais perto de R\$ 65 bilhões."

E há também, explica, as emendas PIX, que são uma fonte nova de recursos a Estados e municípios. No ano passado o repasse foi de R\$ 7,7 bilhões, relativamente pequeno no valor total transferido, mas um item que surgiu nos últimos anos e que vem "engordando" o volume de repasses da União, aponta.

O aumento no valor das transferências, diz, mais do que compensou a perda de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICM5) que Estados e também municípios tiveram em 2022. Naquele ano, mudanças estabelecidas por leis complementares federais resultaram na redução de alíquotas de ICM5 cobradas pelos Estados em setores importantes como combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. O resultado foi a queda na arrecadação do ICM5 no segundo semestre de 2022 e em 2023. O ICM5 é recolhido pelos Estados, mas a redução de receita do

tributo também afetou os municípios, que recebem 25% como cota parte da arrecadação.

Na época, cita Borges, Sérgio Gobetti, especialista em contas públicas, calculou que as medidas tinham impacto R\$ 100 bilhões anuais na arrecadação de ICM5 nos 26 Estados e Distrito Federal. Houve, no entanto, reação dos Estados. No total 18 Estados e o Distrito Federal elevaram ao menos uma vez, desde 2022, as alíquotas gerais como forma de compensar o efeito negativo na arrecadação.

Não se sabe o quanto as medidas dos Estados compensaram o impacto negativo, diz Borges, mas, paralelamente a isso, os Estados e os municípios ganharam cerca de R\$ 220 bilhões a mais em repasses da União em relação à média do período de 2011 a 2018.

"Eles saíram no lucro. Isso ajuda a entender a dinâmica das despesas." Estados e municípios, explica, não podem se financiar emitindo dívida pública. O financiamento dos gastos, portanto, veio do aumento de transferências da União e, mais recentemente, da ampliação das autorizações para que os governos regionais busquem empréstimos.

Outro fator que deve gerar mais espaço fiscal disponível aos Estados, lembra, é o Propag, programa que permite o refinanciamento da dívida dos governos estaduais com a União e que chega a possibilitar cobrança de juro zero, conforme as condições de adesão. O Propag vem ainda, observa, num momento em que o ciclo político favorece a expansão dos gastos estaduais, já que em 2026 haverá eleição de governadores.

O Propag também entra nos riscos elencados em outro trabalho que verificou as contas estaduais a partir da evolução do resultado primário. Estudo realizado pela Warren Rena mostra que houve redução do nível de resultado primário dos governos regionais em comparação ao que se observou entre 2020 e 2022.

Assinado pelo economista-che-fe Felipe Salto e pelos analistas Josué Pellegrini e Gabriel Garrote, o estudo diz que o bom desempenho do resultado primário de 2020 a 2022 se deve a transferências da União amplificadas, limitação legislativa aos gastos e suspensão da dívida. Após esse momento e com acúmulo e créditos, observa-se atuação mais expansionista de Estados e municípios.

Um menor resultado primário dos entes regionais não é necessariamente um problema, diz o estudo, se vier como consequência de uma melhora na solvência e não comprometer os esforços da União em termos da

constituição de um ambiente macroeconômico mais favorável. Os economistas apontam, porém, dois riscos da reversão recente dos saldos de resultado primário verificados entre 2020 e 2022. "Nos municípios, o problema reside na forma de uso dos créditos acumulados. Do lado dos Estados, é o Propag."

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188126?page=16&section=1>**

# País é transparente em gasto tributário, indica estudo

O Brasil aparece em 7- lugar entre 105 países em um ranking sobre a transparência de gastos tributários entre 105 países, o índice Global de Transparência de Gastos Tributários (GTETI, na sigla em inglês), que é parte da versão final do "Relatório nacional sobre gastos tributários". De um total de 100 pontos, o país alcançou pontuação de 65,3, em uma lista liderada por Coreia do Sul (76,1 pontos); Indonésia (73,4 pontos) e Canadá (70,7 pontos).

Os chamados gastos tributários se referem às renúncias de governos na arrecadação de **tributos** - por reduções de **impostos** devidos, exclusões ou até isenções, por exemplo.

Autores do relatório, os pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Manoel Pires e Pao-lo de Renzio afirmam que, para o padrão internacional, o nível de clareza dos gastos tributários (ou incentivos fiscais) no Brasil é relativamente bom, mas se dá em classificação em que os líderes têm pontuação distante da máxima possível e que considera apenas as informações para o nível nacional.

O detalhamento do ranking, alertam, deixa evidente as duas áreas em que o Brasil mais precisa avançar quando se trata de transparência do gasto tributário: avaliação e estrutura institucional. Por isso, Pires e Renzio defendem uma legislação que crie regras para a adoção e acompanhamento da rubrica, como uma espécie de "Lei da Responsabilidade Fiscal [LRF]" dos gastos tributários. Esse marco legal, ressaltam, é ainda mais importante porque a suspensão de incentivos fiscais depende de negociações políticas complexas - por isso deve-se redobrar os cuidados na criação.

"Ninguém sabe muito bem quanto custa [o gasto tributário] nem qual o conceito. [...] É extremamente importante um arcabouço geral de controle, monitoramento, avaliação e acompanhamento dessa política pública como um todo", diz Pires, que é coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) e pesquisador na Universidade de Brasília.

"Tenho feito um paralelo que é a necessidade de se discutir um arcabouço geral para o gasto tributário que tenha um efeito próximo ao que a LRF teve para o regramento das finanças públicas do país", completa.

O ranking é um projeto do Conselho em Políticas Econômicas (Council on Economic Policies, CEP) e do Instituto Alemão para o Desenvolvimento e a Sustentabilidade (Idos). No Brasil, o estudo é uma parceria da FGV e do Tax Expenditures Lab, com apoio da instituição Samambaia.

O ranking internacional avalia a transparência dos gastos tributários e não se refere nem à magnitude nem à qualidade desses incentivos fiscais.

A versão preliminar do relatório, divulgada em novembro, já tinha mostrado aumento da parcela do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil destinada a gastos tributários de 2,1% em 2002 para 6,9% em 2024. Este foi o primeiro trabalho a consolidar informações dos governos federal e estaduais sobre gastos tributários.

## Estados melhoram divulgação

O estudo mostra que, em nível federal, a rubrica tem se mantido em cerca de 4,5% do **PIB** nos últimos anos, com estimativa de chegar ao máximo de 5% do **PIB** em 2023 e 2024. A parcela que cabe aos Estados, por sua vez, varia de 1,5 ponto percentual a 2 pontos percentuais. Essa alta, segundo os autores, deve-se a uma combinação de melhoria e ampliação da divulgação de renúncia de receita pelos Estados, inclusive com metodologia mais avançada, e expansão dessas isenções fiscais.

Professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ebape), o especialista em finanças públicas Paolo de Renzio condena a falta de regras para o uso dos gastos tributários como instrumentos de política pública e a fragmentação institucional:

"No Brasil, há muita fragmentação: não existe um único órgão com responsabilidade geral na gestão dos gastos tributários como um todo. [...] E faltam regras básicas sobre transparência e uso de gastos [tributários] como instrumentos de política pública."

Além de Pires e Renzio, assinam o "Relatório nacional sobre gastos tributários" a doutoranda da FGV Ebape Natalia Rodrigues e o assistente de pesquisa do FGV Ibre Giosvaldo Teixeira Junior. O trabalho é parte de

uma série de estudos sobre gastos tributários organizada pelo CEP e pelo Idos.

Na próxima etapa, os pesquisadores vão estudar experiências internacionais - como de Coréia do Sul, Indonésia e Canadá, líderes do ranking- e avaliar a governança neste tema e o que pode ser aproveitado de alguma forma.

O Ministério da Fazenda afirmou avaliar de maneira positiva o posicionamento do Brasil no ranking. "De fato, em termos de transparência, estamos bem avançados", escreveu o ministério, em nota. O texto, no entanto, aponta para o fato de que o Brasil tem "três entes tributantes, com autonomia para instituir benefícios fiscais a partir de seus tributos, mas com níveis diferentes de publicidade dos gastos indiretos".

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188126?page=16&section=1>**

# Trump reforça medidas e mira investimentos chineses

O governo dos EUA, de Donald Trump, mirou a China em uma série de movimentos envolvendo investimentos, comércio e outras questões. Isso aumenta o risco de que as relações entre os EUA e seu principal rival econômico possam piorar em breve.

Nos últimos dias, Trump emitiu um memorando instruindo um importante comitê do governo a conter os investimentos chineses em tecnologia, energia e outros setores estratégicos americanos.

O governo também pediu às autoridades mexicanas que colocassem seus próprios **impostos** sobre as importações chinesas - um movimento que ocorre depois que algumas empresas do país asiático transferiram a produção para o vizinho dos EUA para evitar taxas que o republicano decretou em seu primeiro mandato.

Os EUA também propuseram taxas sobre o uso de navios comerciais feitos na China para combater o domínio do país na produção dessas embarcações.

Tomadas em conjunto, as medidas equivalem às ações mais abrangentes e contundentes do segundo mandato de Trump visando Pequim. As ações também podem complicar um acordo para reduzir o superávit comercial da China com os EUA que o presidente indicou que quer estabelecer.

O memorando que contém a ordem para o Committee on Foreign Investment nos EUA - um painel que examina propostas de entidades estrangeiras para comprar empresas ou propriedades dos EUA - parece ser o mais impactante da série de ações. Referindo-se a Pequim como um "adversário estrangeiro", o memorando diz que as

"Com a medida, investidores não sabem se serão tributados"

Martin Chorzempa mudanças são necessárias para proteger "as joias da coroa da tecnologia dos EUA o suprimento de alimentos, terras agrícolas, minerais, recursos naturais e portos".

"Isso provavelmente é uma decepção para Pequim, que esperava oferecer investimentos em larga escala nos EUA como uma concessão em uma negociação", disse Martin Chorzempa, pesquisador sênior do

Instituto Peterson de Economia Internacional, em Washington. "Isso coloca em questão se os EUA estariam abertos a esse tipo de investimento."

Os gastos da China na América do Norte caíram no fim de 2024 abaixo dos níveis vistos durante o pior da pandemia - uma queda provavelmente devido à espera de possíveis investidores para ver se Trump venceria a eleição - e as restrições são um novo obstáculo para a recuperação desse número.

Após o memorando ser divulgado, Pequim pediu a Washington que parasse de usar questões econômicas e comerciais como armas políticas. O esforço do governo dos

EUA para fortalecer as revisões dos laços comerciais por motivos de segurança prejudicaria seriamente a confiança das empresas chinesas que investem nos EUA, disse o Ministério do Comércio chinês.

O memorando também diz que o governo dos EUA deve revisar um acordo tributário com a China, de 1984, que isenta indivíduos e empresas da dupla tributação. "Eliminar esse tipo de tratado só torna as coisas muito incertas e complicadas para investidores porque eles não sabem se serão tributados", afirmou Chorzempa.

O memorando também reviveu uma questão relacionada às práticas contábeis de algumas empresas estrangeiras, incluindo aquelas negociadas em bolsas americanas como o Alibaba Group e a JD.com, dizendo que o governo dos EUA garantiria que suas regras estivessem sendo devidamente seguidas.

A aplicação das regras dos EUA seria "mais rigorosa do que nunca" por causa do memorando, disse Winston Ma, professor de direito na Universidade de Nova York.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188126?page=16&section=1>

# Republicano confirma tarifas de 25% sobre México e Canadá em março

O presidente dos EUA, Donald Trump, disse ontem que as tarifas de 25% que havia imposto ao Canadá e ao México começarão a vigorar no mês que vem, depois de um adiamento inicial à cobrança que pode prejudicar o crescimento econômico e piorar a **inflação**.

"Estamos observando a necessidade das tarifas, e parece que isso está acontecendo muito rapidamente", disse o presidente dos EUA em uma entrevista coletiva na Casa Branca (leia mais na página 15).

Enquanto Trump respondia a uma pergunta específica sobre os **impostos** a serem cobrados dos dois maiores parceiros comerciais dos EUA, ele também enfatizou amplamente que suas tarifas "recíprocas" - pelas quais os EUA vão impor a todos os países a tarifa cobrada pelas importações americanas - estão programadas para entrarem em vigor já em abril.

"As tarifas estão avançando dentro do prazo, no cronograma", disse Trump. Ele alega que outros países cobram tarifas de importação injustas que têm resultado aos americanos a perda de parques industriais e empregos.

As ameaças quase constantes de tarifas já levantaram preocupações entre empresas e consumidores sobre uma desaceleração econômica e **inflação** acelerada. Mas Trump alega que os **impostos** de importação acabariam gerando receitas para reduzir o déficit orçamentário federal e novos empregos para os trabalhadores.

"Nosso país será extremamente líquido e rico novamente", disse Trump. A maioria dos economistas diz que o custo dos **impostos** acabará pesando sobre consumidores, varejistas e fabricantes, como empresas automobilísticas - que compram globalmente e dependem de matérias-primas como aço e alumínio que Trump já está, separadamente, cobrando uma tarifa de 25% de todos os países.

Empresas como o Walmart alertaram para a incerteza causada pelas tarifas prometidas pelo governo. Os investidores, as empresas e o público em geral ainda estão tentando determinar se Trump está apenas ameaçando tarifas como uma ferramenta de negociação e pressão ou se ele sinceramente apoia os aumentos de **impostos** como uma forma de

compensar seus cortes planejados de imposto de renda.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188126?page=16&section=1>

# Por agenda positiva, Lula destrava saque do FGTS

» ISRAEL MEDEIROS » RAPHAEL PATI

A crise de popularidade que atingiu o governo federal forçou o Palácio do Planalto a encontrar formas de divulgar as ações do Executivo e tentar melhorar a imagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ontem, o petista fez um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e de tevê em que anunciou o pagamento da parcela de R\$ 1 mil aos estudantes participantes do Pé-de-Meia que passaram de ano em 2024.

Ele também reiterou a gratuidade dos 41 produtos do programa Farmácia Popular.

Também para tentar mostrar uma agenda positiva, Lula deve editar, hoje, uma medida provisória para destravar os valores referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) dos trabalhadores que foram demitidos e não tiveram o direito de acessar o saldo retido na conta porque optaram pela modalidade do **saque-aniversário**. A informação foi adiantada pelo jornal Folha de S.

Paulo e confirmada pelo Correio.

Ele convidou líderes de entidades sindicais para estarem em Brasília durante o anúncio oficial da MP. Entre elas, está a Central Única dos Trabalhadores (CUT). O presidente nacional, Sérgio Nobre, confirmou o convite para a reunião nesta terça.

"Sacar o **FGTS** é um direito do trabalhador, que pode usar esse recurso para pagar suas contas, fazer compras, consumir e, dessa forma, se injeta mais dinheiro na economia", afirmou Nobre.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, é uma das principais vozes contrárias ao **saque-aniversário**, criado em 2020, durante a gestão Bolsonaro.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, ontem, que o **saque-aniversário** deve ser mantido, mas afirmou ainda que a medida provisória do consignado privado deve fazer com que trabalhadores prefiram a opção do crédito facilitado, com juros mais atrativos. Segundo ele, a MP deve ser editada após o feriado do carnaval, na primeira quinzena de março.

Linguagem informal No pronunciamento de ontem, Lula usou uma linguagem descontraída para tratar dos programas. "Venho aqui para falar de dois assuntos muito importantes.

Uma dupla que não é sertaneja, mas que está mexendo com o Brasil: o Pé-de-Meia e o novo Farmácia Popular", afirmou.

Ele disse que o pagamento da poupança de R\$ 1 mil do Pé-de-Meia entre hoje na conta para quem foi aprovado no ano passado. "Mas quem concluiu o ensino médio já pode sacar a partir desta terça-feira", ressaltou. "E olha que legal: mais de 90% dos jovens que estão no programa passaram de ano." O programa incentiva estudantes do ensino médio a permanecer na escola e a concluir seus estudos, e a aposta do Planalto é de que a medida se torne uma vitrine do governo para as eleições de 2026. A dificuldade, no entanto, será vencer os obstáculos técnicos e políticos em torno do programa, além da pressão que a oposição tem feito em cima do assunto. Em janeiro, o Tribunal de Contas da União (TCU) bloqueou R\$ 6 bilhões do programa por entender que houve irregularidades na alocação dos recursos.

O caso baseou até um pedido de impeachment articulado pela oposição, apontando uma pedalada fiscal - irregularidade que derrubou Dilma Rousseff (PT) em 2016. A proposta ultrapassou as 100 assinaturas em janeiro, mas não alcançou as 142 necessárias para começar a tramitar na Câmara.

Governo anterior Também no pronunciamento, Lula deu uma estocada na gestão Jair Bolsonaro, sem citar o nome do opositor. "Depois de dois anos de reconstrução de um país que estava destruído, estamos trabalhando muito para trazer prosperidade para todo o Brasil, principalmente para quem mais precisa", afirmou.

"Seguimos ao lado de cada brasileiro e de cada brasileira: pra levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima." O Planalto está em alerta especialmente porque as últimas pesquisas de popularidade têm mostrado declínio de Lula, inclusive, entre os eleitores que foram essenciais para elegê-lo: pobres e nordestinos.

A **inflação** e os altos juros, que têm sido uma pedra no

sapato do atual governo, causam efeitos drásticos na população de baixa renda e contrastam diretamente com algumas das promessas feitas pelo petista durante sua campanha.

Ele foi eleito prometendo que o pobre voltaria a comer picanha durante seu governo.

Em 2024, o preço da carne subiu 20,84% em relação ao ano anterior, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em janeiro. Já o café teve o preço inflacionado em 40% ao longo do último ano.

Lula culpa a alta demanda por exportações pelo alto preço dos alimentos e chegou a dobrar a aposta em uma entrevista à Rádio Tupi, do grupo Diários Associados, na semana passada. "O povo vai voltar a comer sua picanha", frisou. Na mesma entrevista, ressaltou que os dois primeiros anos de seu governo foram o "plantio". O que virá nos próximos dois anos, segundo ele, será a "colheita".

A crise de popularidade se dá, ainda, em um momento em que ainda há uma possível **reforma ministerial** "pairando" no ar. Lula retirou Paulo Pimenta da Secretaria de Comunicação Social e colocou Sidônio Palmeira.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, está em processo de fritura pública depois de a imprensa revelar que sua cabeça está a prêmio e há a possibilidade de Alexandre Padilha, das Relações Institucionais, ser substituído por um nome do Centrão.

Dinheiro retido

O trabalhador que opta pelo **saque-aniversário** pode sacar anualmente, no mês de aniversário, parte do seu saldo de **FGTS**. Em caso de demissão, no entanto, o saldo fica bloqueado para rescisão sem justa causa e só é possível acessar a multa rescisória. Para resgatar os valores que restaram, o trabalhador demitido precisa aguardar dois anos. É justamente esse saldo que a MP pretende liberar

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/02/25/all.pdf>**

# Como entender a virada à direita - MÍRIAM LEITÃO

**MÍRIAM LEITÃO**

A relação entre economia e política sempre existirá, ainda que os determinantes do voto sejam cada vez mais múltiplos e complexos. O que leva a Alemanha a dar 20% dos votos a um partido de extrema direita? Isso nunca terá uma resposta simples. Desde o início da guerra da Rússia contra a Ucrânia, o país enfrenta duas pressões de preços: o gás que vinha da Rússia e que teve que ser substituído por outras fontes mais caras, e os grãos que vi-nham da Ucrânia. Como consequência, energia e pão encareceram na Alemanha.

O impacto da **inflação** no humor dos eleitores é um fenômeno global. A pandemia elevou o custo de vida, depois houve redução, mas muitos preços ficaram em patamar alto. No Brasil, a queda da popularidade do presidente Lula tem sido atribuída à **inflação**, mas, como tenho dito aqui, em 2025 a **inflação** de alimentos não será tão alta quanto em 2024. O grande choque de preços aconteceu no governo anterior. A queda da popularidade tem várias explicações e ainda há o desgaste natural de quem governa.

Na Alemanha, como em outros países europeus, a xenofobia e o nacionalismo têm sido sentimentos explorados por extremistas. Segundo uma brasileira que mora na Alemanha, o que os alemães têm dito é que aumentou a sensação de insegurança pelo maior número de imigrantes muçulmanos nas ruas. Em geral, homens. O sentimento anti-imigrante, como se sabe, é explorado por líderes como Donald Trump.

Curiosamente, a líder da Alternativa para a Alemanha (AfD), Alice Weidel, é casada com uma imigrante do Sri Lanka. A mulher de Weidel mora na Suíça, onde são criados os dois filhos do casal. Nada disso tem qualquer demérito aos olhos de quem tem uma visão contemporânea das relações familiares. O problema é o ultraconservadorismo que essa corrente política defende nas relações de gênero e a política de ódio ao imigrante. Fica hipócrita, para dizer o mínimo. Mas isso nunca é levado em consideração pelos eleitores.

A lúcida e sempre bem informada jornalista Dorrit Harazim, ao escrever neste fim de semana em O GLOBO sobre o que já aconteceu no primeiro mês de Donald Trump na Casa Branca, encerrou o artigo com uma frase definitiva. "Não percebe o precipício quem

não quer." O abismo já vivido pela humanidade está diante de nós diariamente. No autoritarismo de Trump, por exemplo. Ele mostrou estar disposto a atacar a ordem geopolítica organizada após a segunda guerra mundial, não para aperfeiçoá-la, mas para implodi-la, colocando no lugar seu uni-lateralismo e o imperialismo próximo do da guerra fria. A visita e as palavras do vice-presidente J.D.Vance na Europa chocaram não apenas os europeus.

A Alemanha vai construir uma coalizão de governo juntando os conservadores do CDU-CSU com a social democracia (SPD), que acaba de ter um enorme retrocesso, perdendo mais de 9 pontos percentuais de votos, mas ainda tem 16,4%, e o partido Verde que ficou com 12,2%. O problema não é o governo a ser liderado por Friedrich Merz, apesar de, com ele, a democracia cristã de Angela Merkel ter ido mais para a direita. O problema é o que tem levado o mundo a desprezar valores que foram consolidados no século passado, após as duas trágicas guerras mundiais, e ameaçar todos os outros avanços que foram sendo agregados nas últimas décadas.

No Brasil, a **inflação** tem sido apontada como uma das razões da queda de popularidade de Lula. Neste fevereiro, o número virá horroroso. As projeções são de 1,37% para o IPCA cheio do mês. Hoje sairá o IPCA-15, e há projeção de 1,3% até 1,5%, nessa primeira prévia. Uma das explicações é que a queda da energia no mês passado, pelo bônus de Itaipu, tem efeito rebote agora, porque **inflação** se calcula pela média de um mês contra a média do outro mês. O alívio custará caro, piorando os números.

O governo deve evitar brigas internas, anúncios impensados e qualquer tipo de intervenção. A busca da queda da **inflação** se dá por medidas fiscais e monetárias. O problema é que o fogo amigo contra a equipe econômica enfraquece o próprio governo ao ficar procurando deslizos e supostos erros e alimentar as críticas.

A extrema direita no Brasil está neste momento nas cordas, e vai reagir usando as armas que domina, como a manipulação de fatos para o bombardeio digital. Brigas de tendências políticas sempre foram comuns nas democracias. O risco agora é uma ala que, ao assumir o poder, ameça valores, direitos fundamentais e a democracia.

A economia é só um dos motivos do avanço da extrema direita na Alemanha. Já no Brasil, ela está nas cordas, mas de olho nos erros do governo

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Repasse recorde da União financia alta das despesas de Estados e municípios

Os repasses da União a Estados e municípios chegaram ao recorde de R\$ 595,7 bilhões em 2024, aumento de 5,2% em relação a 2023 e 43,2% acima dos R\$ 416 bilhões de 2019, período pré-pandemia, já descontada a **inflação**. A alta é resultado de vários fatores, como a evolução das emendas Pix (que possibilitam o envio direto de recursos a prefeituras e Estados sem identificação do projeto beneficiado), ampliação do Fundeb (o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), alta nos royalties de petróleo e também a estratégia da União de buscar o ajuste fiscal por meio da elevação de receita, o que impulsiona as transferências obrigatórias às administrações estaduais e municipais.

A elevação dos repasses financiou o crescente aumento de gastos dos governos regionais. As despesas primárias (não incluem gastos com juros) de Estados e municípios, que historicamente andavam no mesmo nível que os gastos diretos da União até 2021, se descolaram e continuam a avançar. No ano passado, esses gastos aumentaram até o terceiro trimestre, segundo os dados disponíveis mais recentes, em movimento contrário ao das despesas do governo federal, que caíram em termos reais (descontada a **inflação**) no decorrer de 2024. É um impulso fiscal num momento em que a economia está aquecida e a **inflação** distante da meta. No terceiro trimestre de 2024, os gastos primários regionais somaram R\$ 631 bilhões, enquanto os da União foram de R\$ 515 bilhões. De janeiro a setembro, Estados e municípios gastaram R\$ 1,84 trilhão e o governo central, R\$ 1,63 trilhão, aponta Bráulio Borges, economista da LCA 4intel-igence e pesquisador do FGV Ibre.

Segundo ele, outro fator que deve abrir mais espaço para os Estados gastarem é o Propag, programa que permite o refinanciamento das dívidas estaduais com a União e que chega a possibilitar cobrança de juro zero. O Propag também entra nos riscos elencados em outro trabalho, realizado pela Warren Rena, assinado pelo economista-chefe, Felipe Salto, e pelos analistas Josué Pellegrini e Gabriel Garrote. Página A4

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188126?page=16&section=1>**

# Gastança e rombo fiscal: calma, gente, calma! - PEDRO CAFARDO

**PEDRO CAFARDO**

A o ler coluna publicada neste espaço 15 dias atrás, um leitor enfurecido a considerou "um louvor à política desenvolvimentista irresponsável do lulopetismo". Razão aparente do furor: a afirmação de que a austeridade fiscal é importante, mas não pode ser remédio para todos os males.

Foi a única manifestação desse tipo entre outras civilizadas e favoráveis.

Há espaço para uma discussão mais séria dessa questão. O professor Luiz Gonzaga Belluzzo, em entrevista à TV Brasil, observou que ocorre no mundo inteiro, não apenas no Brasil, o domínio dos mercados financeiros e de suas visões sobre como deve ser a política econômica. E o refrão dessas forças dominantes é "risco fiscal", em outras palavras, o risco de se gastar mais do que se an"ecada.

A palavra de ordem, no Brasil, é que a "gastança" pode levar o país à inadimplência da dívida pública, algo sabidamente improvável. Esse entendimento, porém, é absorvido pelo cidadão comum como verdade absoluta porque nasce da compreensão que ele tem sobre as finanças de sua própria casa. O cidadão pensa: se eu gastar mais do que ganho, vou me endividar, ficar inadimplente e quebrar. E esse raciocínio vale também para o país.

"Só que não", diz Belluzzo. A dívida pública brasileira é em reais. E não há um único caso na história de quebra de dívida pública em moeda local. O Tesouro emite e os bancos centrais têm facilidade de comprar e vender títulos públicos para regular as taxas de juros e não permitir que haja descasamento nas operações. Para isso, o Estado capitalista criou instituições adequadas: os bancos centrais e os tesouros nacionais. Os balanços dos bancos têm hoje participação enorme dos títulos públicos, que constituem a riqueza financeira do capitalismo. Não existe estrutura financeira ou mercado financeiro sem a presença de título público, porque ele é o ativo de última instância, com segurança e liquidez.

O entendimento imposto ao cidadão comum, portanto, é primário e incorreto, mas se propaga porque existe, segundo Belluzzo, uma parolagem sobre risco fiscal reproduzida em jornais, redes sociais e até em

editoriais da grande mídia.

Entendido, países não quebram por dívida em moeda local. Mas essa dívida não pode aumentar descontroladamente, porque é um indicador da saúde fiscal de um país. Isso é verdade, mas é sabido que o Brasil está longe de ser um dos países mais endividados do mundo quando se considera a relação dívida/**PIB**, atualmente em 76%. Alguns exemplos: 260% no Japão, 137% na Itália, 122% nos Estados Unidos, 110% na França.

"Esse número não significa nada", disse ao Valora conceituada economista italiana Mariana Mazzucato, professora da University College London. Segundo ela, o maior problema do Brasil é o baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento. "Parem de observar a dívida pública. Perguntem como fazer uma política mais inteligente de investimentos públicos", disse ao repórter Estevão Taiar.

Em robusto artigo no Valor de quarta-feira (19), quatro professores da FEA-USP (Luque, Silber, Luna e Zaghera) também contrariaram a ideia difusa de que o aumento da dívida pública é o controle do gasto público. Observaram que 80% da dívida pública de hoje decorre da acumulação de juros pagos pelo governo, e só 20%, da acumulação de déficits primários. E isso se deve à manutenção de juros reais mais altos do que o crescimento do **PIB** nos últimos 25 anos no país, que reduziu a taxa média de investimentos para 17%.

A proposta dos quatro professores endossa a de Olivier Blanchard, ex-economista-chefe do FMI, de que importante não é reduzir dívida, mas garantir sua sustentabilidade. O que significa que o Brasil deveria ter um plano de médio e longo prazo para estabilizar a dívida. Seria errado tentar reduzi-la ou mesmo estabilizá-la a curto prazo, porque isso teria forte impacto negativo no emprego e na renda. Aliás, o déficit da Previdência, bicho-papão do gasto público no país, está estabilizado e até apresenta ligeira queda como porcentagem do **PIB** nos últimos quatro anos, como mostrou a ontem o Valor.

Belluzzo lembra também que o economista francês Willem Hoenckens sugeriu recentemente, em livro, ser preciso levar em conta, no cálculo das dívidas, os ativos do Estado. O Brasil, por exemplo, tem reservas

em moeda forte de US\$ 350 bilhões. Ativos como Petrobras e outras empresas estatais também poderiam ser considerados ao se calcular o nível real da dívida.

A parolagem do mercado sobre a dívida pública é prejudicial ao país. Mas quem se beneficia desse discurso sobre ganância e risco fiscal? Seria o próprio mercado financeiro? Belluzzo acha que não, porque isso acaba impondo um conjunto de restrições à ação do Estado prejudiciais a toda a economia. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por exemplo, está tendo que fazer uma verdadeira ginástica para ao mesmo tempo aumentar a receita e cortar gastos. E o resultado é até bom, tendo em vista o crescimento de quase 4% da economia em 2024.

Obviamente, deve-se batalhar pela eficiência do gasto fiscal, que é baixa no Brasil, mas convém ter um pouco mais de calma. O discurso contínuo e radical que espalha a ideia de ganância e rombo leva à formação de "consensos" que denotam primarismo, embora tenham muita importância nas decisões do Estado e do próprio setor privado. Keynes chamava-os de "convenções".

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188126?page=16&section=1>

# Déficit será de R\$ 19 bilhões neste ano, estima consultoria da Câmara

O governo federal deverá ter déficit primário de R\$ 19 bilhões neste ano, já excluídos os gastos com precatórios, nos cálculos da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados (Conof). A confirmação do resultado significará o cumprimento da meta de resultado primário.

A meta de resultado primário do governo federal para este ano é de déficit zero, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) para cima ou para baixo, o equivalente a R\$ 31 bilhões.

A Conof destaca, em estudo, que, considerando gastos previstos de R\$44 bilhões com precatórios, projeta déficit primário de R\$ 63 bilhões para 2025. Mas, descontadas essas despesas com precatórios, que não são consideradas para o cumprimento da meta, o resultado primário ficaria negativo em R\$ 19 bilhões.

"Assumindo-se, então, uma postura proativa da autoridade fiscal e admitindo-se o abatimento das despesas com precatórios, a probabilidade de cumprimento da meta aproxima-se de 90%", diz a consultoria. Essa postura proativa é necessária "diante das incertezas associadas à arrecadação esperada a partir de receitas extraordinárias".

A Conof também afirma que, "embora as metas de resultado fiscal venham sendo cumpridas ano após ano, tal fato não tem sido suficiente para garantir a estabilização da dívida pública".

"Urge, portanto, o estabelecimento de metas anuais que de fato promovam uma trajetória sustentável da dívida pública."

Considerada por diversos economistas o principal indicador do estoque do endividamento público, a dívida bruta do governo geral (DBGG) terminou o ano passado em 76,1 % do **PIB**. O número representa alta de 4,4 pontos percentuais em relação ao início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No ano passado, o governo federal cumpriu dentro da banda a meta de resultado primário, que também era de déficit zero, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188126?page=16&section=1>**

# 'Pessoas foram induzidas a erro', afirma Haddad

**ANA FLAVIA PILAR Colaborou Bernardo Lima**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que alguns trabalhadores do setor privado foram "induzidos a erro" ao aderirem ao **saque-aniversário** do **FGTS**, criado em 2019 e em vigor desde 2020, porque não foram alertados de que perderiam o direito ao saque-rescisão em caso de demissão.

O governo Lula prepara a edição de uma medida provisória (MP) para liberar o saldo retido no **FGTS** de trabalhadores que aderiram ao **saque-aniversário** e que estão com dinheiro bloqueado.

- Algumas pessoas ficaram prejudicadas, foram induzidas ao erro - afirmou, lembrando que se o trabalhador optou pelo **saque-aniversário**, precisa esperar dois anos para poder sacar os recursos em caso de demissão. - Isso causou muito desconforto entre os trabalhadores que não foram alertados.

Haddad anunciou também que a medida provisória (MP) sobre o crédito consignado para trabalhadores do setor privado deve ser publicada após o carnaval. Com a nova regra, os consumidores terão 90 dias a partir da publicação para substituir os empréstimos atuais, mais caros, pela nova modalidade.

- Sem mexer no **saque-aniversário**, nós vamos oferecer uma nova linha de crédito, que é o consignado privado. Vamos criar uma regra de transição para quem ficou com o dinheiro preso, mas vai valer só como regra de transição - afirmou.

A expectativa do governo é que a taxa de juros dessa nova modalidade seja aproximadamente metade da cobrada hoje no Crédito Direto ao Consumidor (CDC), que atualmente supera 5%.

O ministro afirmou que o Congresso deve aprovar em breve o Orçamento de 2025. Ontem, o governo editou uma medida provisória (MP) destinando R\$ 4,1 bilhões em crédito extraordinário para o Plano Safra deste ano. O recurso serve para o governo equalizar as taxas entre o que é capturado no mercado e o que é destinado ao agricultor a juros mais baixos.

Na última quinta-feira, o Tesouro suspendeu temporariamente as linhas de crédito do programa devido ao atraso na aprovação do Orçamento, o que

restringe os gastos.

- Sempre que o Orçamento não é aprovado, dificulta um pouco a execução, porque você tem regras muito rígidas de execução orçamentária na falta de Orçamento. Então, são regras que valem por um período. Falei pessoalmente com os deputados da FPA, da Frente Parlamentar da Agricultura, e nós achamos um caminho satisfatório para que não haja descontinuidade nas linhas de crédito - afirmou Haddad.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Ministros temem que Haddad abandone posição de rigor fiscal frente a movimentos de Lula para expandir gastos

*Por Gerson Camarotti, g1 e GloboNews - Brasília*

Alguns ministros estão preocupados com o modo eleição e a sinalizações do movimento de colocar dinheiro na economia por parte do governo.

Essa preocupação com o movimento expansionista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se acentua após a declaração do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nesta segunda-feira (24), quando ele disse que só existe ajuste fiscal com crescimento.

Outro fator foi o sinal verde para liberar o saldo retido do **FGTS** de quem fez **saque aniversário** e foi demitido.

A percepção interna de alguns ministros, que não são do PT, é que o próprio Haddad, depois de ficar muito tempo isolado na posição fiscalistas, está começando a fazer uma inflexão, já que cansou de ficar em posição minoritária.

Em reunião, sem Haddad, em 14 de fevereiro, na Granja do Torto, Lula reuniu ministros criticaram medidas do Ministério da Fazenda e apontaram desgaste.

Esses ministros ouvidos pelo blog avaliam que jogar muito dinheiro na economia nessa altura do campeonato, isto é, fazer um populismo fiscal pode gerar ainda mais uma pressão inflacionária.

É importante lembrar que além do **FGTS**, o governo já prepara o lançamento do consignado para o setor privado, fora a questão do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil, da qual o governo ainda não apresentou uma compensação.

Todo esse pacote vai num movimento de avanço nos gastos públicos para fazer a economia acelerar. E, no movimento contrário, um Banco Central que fica aumentando a taxa de juros. Segundo um desses ministros ouvidos pelo blog, o BC está apenas enxugando gelo .

**Site:** <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2025/02/25/ministros-temem-que-haddad->

***abandone-posicao-de-rigor-fiscal-frente-a-movimentos-  
de-lula-para-expandir-gastos.ghtml***